

“TRAFICANTES DE TÉCNICAS” OU CONSTRUTORES DE MODELOS: TRAJETÓRIA E A VISÃO DE UM ARQUEÓLOGO QUE INICIOU SUA FORMAÇÃO NO CEPA

Celso Perota*

JUSTIFICATIVA PARA O TÍTULO

Dentro de minha trajetória como arqueólogo uma preocupação constante foi determinar uma linha teórica para interpretar os dados arqueológicos levantados através dos projetos de pesquisa e os disponíveis na literatura pertinente. Dentro dessa perspectiva, eu vejo dentro da história das pesquisas arqueológicas no Brasil que esse é um ponto fundamental porque, na maioria das publicações sobre arqueologia brasileira, as informações sobre os procedimentos da pesquisa são limitados, os dados arqueológicos são descritivos e repetitivos, sem que se possa identificar se os procedimentos metodológicos são compatíveis com as hipóteses dos projetos bem como o seu devido enquadramento teórico.

Como pesquisador do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa) estava sempre refletindo sobre a utilização dos métodos (campo e laboratório) e sua relação com os modelos disponíveis, porque as hipóteses de partida do programa, na época de seu início, não me pareciam nítidas, apesar de que tinha um objetivo claro, ou seja:

Este extenso programa foi projetado para abordar, sistematicamente, problemas de cronologia absoluta e relativa em regiões selecionadas do Brasil (...) Concomitantemente, a abordagem desse problema terá que ser feita a tal ponto que os dados coletados e reunidos possam oferecer, eventualmente, informações sobre as rotas e direções de migração e difusão, como ainda, proporcionar a elaboração de seqüências do desenvolvimento cultural dos povos pré-europeus (Evans, 1967: 8 e 9).

* Professor aposentado da Universidade Federal do Espírito Santo. Consultor para arqueologia em licenciamentos ambientais. E-mail: cperota@terra.com.br

Com o início do Programa Nacional de Pesquisa Arqueológicas na Bacia Amazônica (Pronapaba), a reflexão se ampliou apesar de que esse projeto estabelecia hipóteses claras e concretas e estava alicerçada em diversos modelos; biológicos, lingüísticos e etnográficos.

Após a realização de algumas etapas do Pronapaba fui convidado para participar de um encontro de antropólogos, realizado em 1987 pelo Museu Paraense Emilio Goeldi, em Belém do Pará, quando se reuniram antropólogos das mais diversas áreas e onde foi discutidas algumas questões da antropologia amazônica, desde as questões da formação acadêmica em antropologia, das linhas de pesquisa, até as perspectivas para o desenvolvimento de novos projetos na região.

Nessa reunião estava presente a profa. dra. Mariza Corrêa, então professora da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, que estava levantando dados sobre a história da antropologia brasileira e estava produzindo um artigo científico intitulado “**Traficantes do Excêntrico**”, que foi distribuído aos participantes, em caráter preliminar, com o intuito de receber contribuições (Esse texto foi posteriormente publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais).

É importante ressaltar a motivação que levou a autora a abordar o tema com o referido título, cujas primeiras linhas dizem:

Talvez seja uma ironia adequada a esta disciplina que se quer uma ciência do outro, que ela tenha criado, em quase toda à parte, tradições culturais nacionais fundada por estrangeiros; Franz Boas nos Estados Unidos, Curt Nimuendaju no Brasil, Bronislaw Malinowski na Inglaterra (Corrêa, 1988).

O referido texto aborda a presença e a influência de pesquisadores estrangeiros nas pesquisas antropológicas feitas no Brasil e de suas participações nas reuniões da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Por isso, alguns dados sobre a presença de pesquisadores em arqueologia no Brasil foram descritos. No final, o texto apresenta uma tabela que mostra a presença constante dos arqueólogos Betty J. Meggers e Clifford Evans nas décadas de 40/50, 50/60 e 60/70 e de Annette Laming-Emperaire e Joseph Emperaire na década de 50/60, portanto, definidos como arqueólogos traficantes do excêntrico.

Como a autora dispunha de poucos dados a respeito desses arqueólogos estrangeiros, em um diálogo, passei algumas informações sobre a arqueologia, de uma forma geral, da participação de outros arqueólogos estrangeiros que fizeram ou estavam fazendo pesquisas

arqueológicas no Brasil e um pouco da minha trajetória, principalmente sobre a minha formação acadêmica, que, em parte, tinha sido com arqueólogos estrangeiros.

Na ocasião fui questionado sobre o que esses arqueólogos estrangeiros fizeram para a formação profissional e dos resultados de suas pesquisas feitas no Brasil. Depois de algumas considerações, relatei que os mesmos sempre estiveram "traficando técnicas".

Na oportunidade, percebi que essa minha consideração não tinha repercutindo positivamente, pois tal observação não foi levada em consideração pela autora.

Passado o encontro, comecei a refletir sobre o assunto porque, além das atividades do Pronapa e Pronapaba, tinha tido a oportunidade de participar de dois cursos de especialização realizados pelo Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) e fiz uma atualização de outro. Na ocasião, constatei que tinha feito um relato de momento e desprovido de uma análise mais criteriosa. Em primeiro lugar, pela minha falta de imaginação em usar uma das palavras chave (traficantes) do texto da professora Mariza Corrêa e, em segundo lugar, porque os arqueólogos que participaram de minha formação, apesar de passarem seus conhecimentos sobre novas técnicas para o trabalho de campo e análise laboratorial, tinham hipóteses e modelos que foram testados na realização dos cursos específicos. Portanto, além de "traficantes de técnicas", foram construtores de modelos.

A dra. Annette Laming-Emperaire, havia construído um modelo paleoclimático para interpretar a dinâmica cronológica dos sítios litorâneos, pelos estudos da construção dos sambaquis, dos dados arqueológicos e, principalmente, da interpretação dos resultados das datações radiométricas obtidas em sambaquis dos estados de São Paulo e Paraná. Esse modelo classificava os sambaquis em "sambaquis antigos" e "sambaquis recentes" e, de certa forma, reproduzia o modelo paleoambiental usado para explicar a pré-história européia que tem como ponto de apoio as grandes fragmentações climáticas do pleistoceno que foram as glaciações. Os sambaquis antigos seriam aqueles construídos num período "... antigo, frio, durante o qual o nível das águas era mais baixo que o nível atual. Os sambaquis deste período foram pouco a pouco submersos por ocasião do aquecimento do clima e recobertos pelos aluviões..." (Laming, 1960: 231), portanto, antes do Altitermal ou de *Optimum climaticum*. Os sambaquis recentes seriam os construídos "... com o nível máximo das águas e corresponde ao momento em que os acampamentos costeiros ficam mais afastados da margem atual..." (Laming, 1960: 231), durante o Altithermal. Para Laming-Emperaire alguns sambaquis se instalaram em cima de

sambaquis antigos que tinham sido recobertos pelos sedimentos gerados pelo aumento do nível médio das águas do mar.

Quando da publicação desse modelo na Revista Anhembi, em 1960, discutia-se o tema tendo como referência em algumas informações e observações arqueológicas feitas em diversos sambaquis do litoral do Paraná e São Paulo (Maratuá e Boa Vista-SP, Ilha dos Ratos, Corisco e Guaraguaçu-PR) e, principalmente, das datações radiométricas obtidas com amostras de carvão coletadas nos sambaquis do Maratuá, localizado no litoral do Estado de São Paulo e outras obtidas para níveis do Sambaqui da Ilha dos Ratos, localizado na baía de Guaratuba no litoral do Estado do Paraná. Essas datações foram importantes para que a autora determinasse os dois períodos de construção dos sambaquis e a definição de que o período de construção do Sambaqui do Maratuá estava no limite entre o final da última glaciação (Würm), e o início do *optimum climático*.

Em 1966, quando da realização do Seminário de Ensino e Pesquisas em sítios Pré-cerâmicos, feito pelo CEPA, escavou-se parte do Sambaqui da Ilha dos Rosas, período em que essa hipótese ainda era adotada pela pesquisadora e esse modelo foi testado, tanto do ponto de vista do ensino e pesquisa, que era objetivo do seminário, quanto dos dados obtidos nas escavações do sambaqui.

As prospecções arqueológicas, realizadas anteriormente nesse sítio, indicaram uma estratigrafia que possibilitava a elaboração da referida hipótese. Essa estratigrafia dividia o sítio em duas partes distintas, separadas por uma camada de aluvião constituída de sedimentos areno/argilosos, escura e estéril em material arqueológico, camada que teria sua formação num período onde o nível do mar estava acima da média atual. Segundo essa hipótese, nas camadas arqueológicas que estivessem abaixo da camada escura, seriam encontrados artefatos de uma cultura pleistocênica, caracterizada por artefatos obtidos por lascamento e por percussão direta e sem maiores elaborações e a partir da camada estéril, apareceriam artefatos mais elaborados, inclusive com a técnica de polimento. As camadas inferiores pertenceriam ao período dos sambaquis antigos e as camadas superiores dos sambaquis recentes, portanto, a camada estéril marcava a separação entre o período antigo e o período recente.

Este período [antigo] começou numa época ainda desconhecida que calculamos, a título de hipótese em, 8 a 10.000 anos. Terminou ele com o optimum climático há 4.000 anos. Ignoramos em que época precisa os efeitos da lenta elevação do nível das

águas começaram a levar vantagem sobre os do aluvião (Laming, 1960: 231).

Com o desenvolvimento das escavações o modelo proposto por Annette Emperaire foi sendo destruído, porque foram encontrados sucessivamente e em varias camadas, inclusive nas camadas que se julgava pleistocênicas, lâminas polidas feitas para serem usadas como machado e uma persistência no aparecimento de um tipo de artefato (*chopping tools*) de pequeno tamanho e parcialmente lascado, que, por influência da dra. Margarida Davina Andreatta, carinhosamente chamávamos de "toralitos", pois, artefatos análogos haviam sido coletados em escavações anteriores, no Sambaqui do Toral, localizado na baía de Paranaguá.

No mesmo ano de 1966, já era conhecido o modelo paleoclimático proposto por Fairbridge, que com sua curva de linha oceânica em caráter global, demonstrava que o clima e o nível do mar se fragmentou varias vezes durante o holoceno. No final desse ano, Fairbridge, juntamente com o geólogo e então professor da Universidade Federal do Paraná João José Bigarella, visitaram o Sambaqui da Ilha dos Rosas, expedição da qual fui o guia, pois durante as escavações arqueológicas eu ia constantemente à Cidade de Antonina e com isso tinha aprendido a entrar com embarcações até a Ilha dos Rosas. Em campo Fairbridge constatou que a camada areno/argilosa escura do citado sambaqui estava dentro de uma de suas curvas transgressivas, já durante o holoceno.

Ao contrário, o Seminário de Ensino e Pesquisa em Sítios Cerâmicos, cujas técnicas de coleta de material em campo, da análise laboratorial e de sua interpretação foram devidamente testadas pelos pesquisadores do Pronapa, projeto que teve como princípio o reconhecimento da arqueologia de superfície no Brasil. A aplicação dessas novas técnicas, principalmente pela análise laboratorial unificada, conseqüentemente com uma classificação também unificada, que deu ensejo à realização de uma "terminologia" para a classificação do material cerâmico.

O interesse e entusiasmo por nós encontrados, e a probabilidade de um grupo de arqueólogos brasileiros treinados num único sistema de teoria arqueológica, análise e interpretação de dados, especialmente de culturas ceramistas, sugeriram a possibilidade de projetarmos um programa coordenado de pesquisas para todo Brasil (Evans, 1967: 8).

Portanto, os coordenadores do Seminário de Ensino e Pesquisa em Sítios Cerâmicos e depois coordenadores do Pronapa, num primeiro momento foram “traficantes de técnicas” e depois construtores de modelos.

Mas o tema da formação dos arqueólogos brasileiros por pesquisadores estrangeiros deve ser mais ampliado para possibilitar um melhor entendimento da história da arqueologia no Brasil. O uso dos termos traficantes do excêntrico ou das técnicas ou construtores de modelos foi, para esse artigo, um artifício para mostrar o que dissemos anteriormente de nossa preocupação constante em contextualizar a pré-história brasileira.

MINHA TRAJETÓRIA FORMATIVA

A minha trajetória formativa como arqueólogo está intimamente e totalmente ligada ao CEPA.

Acadêmico do Curso de História da Universidade Federal do Paraná, logo me identifiquei com as aulas de Antropologia ministradas pelo doutor José Loureiro Fernandes e, muitas vezes, chegava a ajudá-lo na preparação da projeção de material didático, além de perguntar, no final de todas as aulas, qual seria o próximo assunto, para ler alguma coisa relativa ao tema, com isso utilizava cotidianamente a biblioteca do Departamento de Antropologia, com isso fui me tornando um aluno próximo ao referido professor.

O dr. Loureiro tinha como hábito chegar cedo para suas aulas e escrever no quadro negro o conteúdo principal de suas preleções. Numa dessas aulas, o tema era sobre a cronologia da pré-história tendo como centro as glaciações. Sabendo do tema, tinha lido o assunto no livro Prehistoria General, do prof. Juan Comas e por isso contestei o dr. Loureiro sobre uma interpretação. Fiz isso por três vezes, até que o professor constatou que ele não tinha passado para o quadro negro uma linha de suas famosas fichas de aulas. Em seguida, ele me disse: “-você está com a razão”. A partir dessa aula houve um convite para ser um estagiário no Departamento de Antropologia.

Antes disso, todos os dias eu passava no laboratório de arqueologia e encontrei no prof. Igor Chmyz uma grande paciência em me dar esclarecimentos e aí comecei a me identificar com a arqueologia. Quando o dr. Loureiro me convidou para ser estagiário, fui diretamente para o laboratório de arqueologia do CEPA, onde comecei a trabalhar com o material escavado pelo prof. Igor no rio Paranapanema, junto ao Projeto Salto Grande.

Em continuidade, acompanhei o prof. Igor em viagens à Santa Catarina, no vale do rio do Peixe, cujos resultados foram publicados por ele e Walter Piazza na Revista *Dédalo*, da USP, em 1967. Posteriormente, no ano de 1965, acompanhei as pesquisas realizadas no Município de Santana do Itararé. Havia um achado fortuito de uma urna funerária, nas proximidades do rio Itararé e fomos até lá para a pesquisa e resgate da referida urna, que se encontra hoje no Museu de Paranaguá.



Autoridades de Wenceslau Braz e moradores de Santana do Itararé que acompanharam o traslado da urna funerária e o estudo do sítio arqueológico, em 1965 (Foto: Igor Chmyz-Acervo do CEPA/UFPR).

Quando da realização do Seminário de Ensino e Pesquisa em Sítios Cerâmicos, ministrado por Betty J. Meggers e Clifford Evans, apesar de ser estagiário não pude participar oficialmente do mesmo porque havia duas estagiárias com mais tempo de trabalho e com isso só tive a oportunidade de acompanhar o seminário nas primeiras etapas que foram realizadas em Curitiba, mas quando ele foi transferido para o então Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, não pude mais acompanhar.

Com o final do seminário e a estruturação do Pronapa, as perspectivas de trabalho foram se ampliando. Antes de iniciar o Pronapa participei de todas as etapas de campo do salvamento arqueológico

das áreas que seriam inundadas pela Usina Hidrelétrica de Xavantes, localizadas nos vales dos rios Paranapanema e Itararé. Nesse projeto foram utilizados os métodos de trabalho de campo que seriam aplicados nas áreas do Pronapa. A primeira etapa de campo do Projeto na UHE Xavantes foi realizada entre os meses de outubro a dezembro; chegamos em Curitiba nas vésperas de Natal e, já no início de janeiro, voltamos para os trabalhos na primeira área do Pronapa, no vale do rio Paranapanema.

No retorno dessas campanhas de campo fui dar tratamento ao material arqueológico com lavagem e marcação, dando ênfase ao material coletado na área do Pronapa, porque o casal Evans/Megggers estaria, nesse ano no Brasil, para avaliar a primeira etapa de todos os trabalhos. Com isso, além de tratar o material arqueológico, comecei a ajudar o prof. Igor no seu estudo, principalmente quanto à sua classificação.

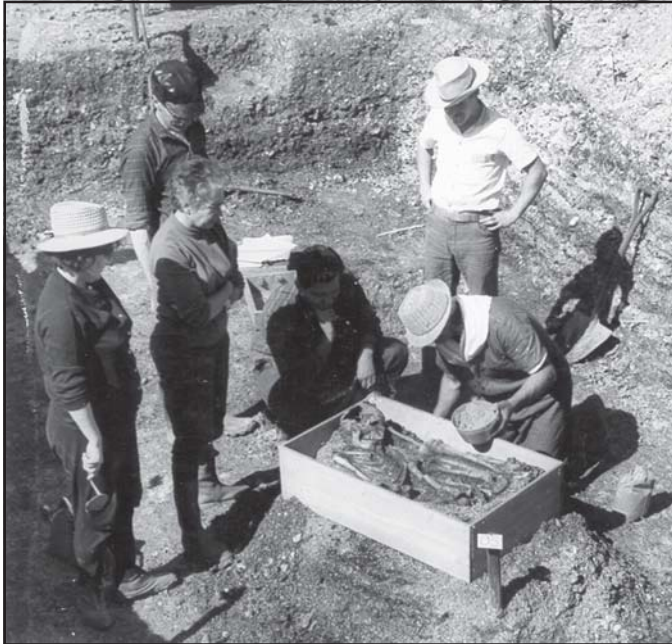
Nessa época, conheci o dr. Pedro Ignácio Schmitz, que tinha vindo à Curitiba para se inteirar com o prof. Igor das novas técnicas de classificação e interpretação de material cerâmico que estava sendo utilizado pelos pesquisadores do Pronapa; nessa oportunidade, acompanhei todas as seqüências de estudo e com isso aprendi e ampliei os meus conhecimentos para classificar o material arqueológico, principalmente o cerâmico.

A partir desse momento, criou-se uma rotina de trabalho no laboratório de arqueologia. Pela manhã eu classificava duas coleções de material cerâmico, uma em cada lado da mesa e à tarde o prof. Igor revisava e fazia as devidas fichas. Com a proximidade da chegada do casal Evans/Megggers à Curitiba, trabalhávamos sábados e domingos na casa do prof. Igor e com isso fiquei bem atualizado com os métodos do Pronapa.

Nesse ano de 1966, participei do Seminário de Ensino e Pesquisa em Sítios Pré-cerâmicos, que foi coordenado pela dra. Annette Lamming-Emperaire. Nesse seminário foi escavada parte do Sambaqui da Ilha dos Rosas, onde tive a oportunidade de conhecer novos arqueólogos e aprender novas técnicas de campo. O referido seminário, além das questões relatadas acima, produziu um guia para o estudo das indústrias líticas para a América do Sul. Deve-se destacar que os principais articuladores desse guia foram os arqueólogos dr. Pedro Ignácio Schmitz e a dra. Margarida Davina Andreatta, com a supervisão da Mme. Emperaire. A minha contribuição ao guia foi sistematizar os dados discutidos, datilografá-los e distribuir as cópias para todos os participantes do seminário, para as discussões finais. No final do seminário, Mme. Emperaire foi para o Congresso Internacional de Americanistas, que foi realizado na Cidade de Mar Del Plata, na Argentina, e os demais participantes do seminário fizeram uma viagem

de estudos nas cidades de Joinville e Florianópolis, para conhecer coleções arqueológicas, principalmente as recolhidas por Guilherme Tiburtius e João Alfredo Rohr.

Durante as escavações do Sambaqui da Ilha dos Rosas o saudoso arqueólogo João Alfredo Rohr, aplicou em um sepultamento a técnica de cimentação, que havia inventado na recuperação de esqueletos em sítios no Estado de Santa Catarina, dados que foram posteriormente publicados como manual pelo CEPA.



Pe. João Alfredo Rohr aplicando a sua técnica de cimentação em esqueleto escavado durante o curso na Ilha das Rosas, em Antonina, assistido por Margarida Davina Andreatta, Annette Laming-Emperaire, Pedro Ignacio Schmitz, Braz Winkler Pepe e Celso Perota. (Foto: V. Kozák - Acervo do CEPA/UFPR).

Até esse momento eu tinha sido bolsista do CEPA e, depois que terminei meu curso de graduação, passei a ser bolsista do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná.

No início do ano de 1967 fui contratado como laboratorista do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá e passei a descer para o litoral todas as semanas e, no museu, comecei a identificar e depois organizar o acervo arqueológico que havia na reserva técnica.

Muitas das peças do acervo não tinham nenhuma indicação de procedência e local de achado e muitas delas tinham vindo do Museu Paranaense, por ocasião da inauguração do museu. Com isso e por ordem do diretor, dr. Loureiro Fernandes iniciamos a devolução desse material ao Museu Paranaense, na época dirigido pelo prof. Oldemar Blasi.

Na identificação e reconhecimento do material arqueológico nos deparamos com um fato inusitado. Encontrava-se junto ao acervo do museu um baú, que ninguém tinha coragem de abri-lo por tratar-se de um baú do prof. Castro Faria, do Museu Nacional. O prof. Castro tinha feito, no início da década de 60 (Séc. XX), uma viagem científica no litoral do Estado de Santa Catarina e na sua volta não levou o baú para o Rio de Janeiro, deixando-o no Museu de Paranaguá. Falei com o dr. Loureiro sobre o fato e ele entrou em contato com o prof. Castro Faria, que, depois de um longo tempo, respondeu que não esperava mais rever o conteúdo do baú e que estávamos autorizados a abri-lo. Ao abri-lo encontramos um terno de linho branco, um guarda chuva, um chapéu e um ferro de passar roupa.

Aparentemente esse fato pudesse passar sem registro, mas na reunião de Belém, que foi citada acima, contei essa história aos antropólogos presentes e para minha surpresa foi me relatado que o mesmo fato e com os mesmos detalhes, tinha acontecido com um baú deixado por Bronislaw Malinowski em uma ilha do Pacífico.

A minha passagem pelo Museu em Paranaguá foi curta porque o trabalho museográfico ocupava todo o meu tempo e não deixava alternativas para a continuidade de participar de pesquisas arqueológicas. Assim que tive oportunidade, pedi demissão do cargo, fato que não foi muito bem aceito pelo dr. Loureiro.

Ainda em 1967 realizei, em companhia com o prof. Igor, uma etapa de campo no vale do rio Samambaia, no então Estado de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul), pesquisa de grande envergadura e que resultou num grande acervo de urnas funerária inteiras e fragmentadas (depois restauradas) e que hoje pertencem ao CEPA e ao Museu de Paranaguá.

Na metade do ano de 1967 fui surpreendido ao ser chamado ao gabinete do dr. Loureiro que, sem qualquer explicação me disse: “-prepare-se, porque você vai para Paris, fazer cursos de pós-graduação com Mme. Emperaire”.

Para ampliar a minha surpresa tudo estava preparado, pois tinha de estar em Paris no final do mês de setembro. O dr. Loureiro tinha conseguido uma bolsa de estudos bastante razoável, um curso de conversação em francês na Aliança Francesa de Curitiba e, logo em seguida, recebi uma carta da dra. Margarida Davina Andreatta me dando

todas as informações sobre os primeiros procedimentos em Paris, desde a chegada no aeroporto até os procedimento na Casa do Brasil, onde deveria residir.



Equipe do CEPA e moradores de Nova Londrina que participaram dos trabalhos no sítio do rio Samambaia, no Mato Grosso do Sul, em 1967 (Acervo do CEPA/UFPR).

Num primeiro momento fiquei lisonjeado e bastante interessado, mas, como o tempo era bastante exíguo para todos os procedimentos, comecei a ter um pouco de receio quanto a minha ida à Paris.

Concomitantemente e, em função de minha presença e atuação junto aos projetos do prof. Igor Chmyz, principalmente ao relacionamento com o Pronapa, recebi uma carta do casal Evans/Megggers me convidando para participar do programa como pesquisador e, na oportunidade, me indicaram três estados onde havia possibilidade de contratação de arqueólogos e iniciar as pesquisa: Minas Gerais, Ceará e Espírito Santo. Diante disso, desisti da bolsa para estudar em Paris e decidi participar do Pronapa.

No final de 1967 visitei Minas Gerais e Ceará e, entrando em

contato com os professores das universidades, verifiquei que o interesse dessas universidades era de ter docente para atividades didáticas e teria pouco tempo para o desenvolvimento de projetos de pesquisa. Como até aquele ano, eu não tinha nenhuma experiência em sala de aula, desisti de ir para esses estados.

Mas no final de 1967 recebi uma carta do diretor do Museu de Arte e História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o arquiteto Cristiano Woeffel Fraga, me convidando a visitar a universidade e para integrar o Espírito Santo no Pronapa. Esse convite foi feito, em parte, porque o então Reitor da UFES, prof. Alair Queiroz Araújo, que havia feito uma visita à Washington e entrado em contato com o casal Evans/Meggers e, na oportunidade, fizeram uma avaliação para viabilizar a entrada da UFES no Programa.

Visitei Vitória em janeiro de 1968, oportunidade em que recebi uma proposta de trabalho, sem compromissos didáticos e dentro daquilo que esperava, inclusive financeiramente. A partir do dia primeiro de abril de 1968 passei a ser pesquisador do Museu de Arte e História da Universidade Federal do Espírito Santo, iniciando com isso as pesquisas arqueológicas no estado integrando o Pronapa.

Apesar da minha participação como pesquisador a minha formação teve continuidade. Particpei do Seminário e do Curso de especialização em sítios pré-cerâmicos, feitos pelo CEPA em 1973 com a coordenação da arqueóloga dra. Annette Laming-Emperaire, onde foi testada a técnica de escavação em níveis naturais em sambaquis e, no desenvolvimento do curso, escavou-se parte do Sambaqui do Centenário, localizado na baía de Paranaguá.

Ainda nesse ano, participei da terceira campanha de campo das escavações no sítio arqueológico Lapa Vermelha IV, localizado no Município de Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais, que tinha como coordenadora a dra. Annette Laming-Emperaire.

Entre 1972 e 1979 participei do curso de pós-graduação, nível de mestrado, na área de Antropologia Social, com tese em arqueologia, no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, tendo como orientadora a dra. Luciana Pallestrini.

MINHA CONTRIBUIÇÃO PARA A ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

Em função dessa trajetória formativa e depois com as atividades como pesquisador eu destaco duas contribuições que julgo serem importantes à arqueologia brasileira.

Em primeiro lugar, a definição da Fase Itaúnas da Tradição Aratu, feita em 1968 em relação a sua amplitude geográfica atual.

Quando desenvolvia as pesquisas nas áreas do Pronapa havia identificado uma fase arqueológica, que inicialmente filiei à Tradição Tupiguarani. Com o decorrer do tempo e lendo detalhadamente os trabalhos do prof. Valentim Calderón, verifiquei que o material que estava encontrando no Espírito Santo tinha uma relação com aqueles que estavam sendo encontrados no vizinho Estado da Bahia e filiados à Tradição Aratu.

Como eu tinha dúvidas, mandei ao saudoso professor Calderón, uma pequena coleção de material cerâmico dessa tradição e, em seguida, recebi uma resposta sobre a minha consulta na qual aquele pesquisador, de forma muito efusiva, confirmou que eu estava trabalhando com material da Tradição Aratu e com isso ampliando suas fronteiras e dando uma dimensão considerável a essa nova tradição ceramista.

Por ocasião da realização do II Seminário do Pronapa, realizado em Lima, Peru, antes do Congresso Internacional de Americanistas, tive a oportunidade de fazer uma descrição detalhada da Fase Itaúnas, principalmente no que diz respeito à sua morfologia e essa descrição passou ser a referência para toda a Tradição Aratu.

A seqüência das pesquisas realizadas em outros estados do Brasil ampliou as informações da Tradição Aratu. Ainda na década de 70, Calderón estendeu geograficamente a tradição para quase todos os estados do nordeste brasileiro. Já o dr. Igor Chmyz, quando ministrou o Curso de Aperfeiçoamento em Métodos e Técnicas Arqueológicas na Universidade Federal de Goiás, em 1972, realizou um trabalho de campo coletando material em dois sítios arqueológicos, cuja análise, feita como atividade do curso, definiu uma fase arqueológica denominada de "Fase Cachoeira". Na sua tentativa de filiar a Fase Cachoeira a uma tradição, o prof. Igor disse que seria difícil uma aproximação com as fases da faixa costeira, em função de carência de dados em Goiás e pela distância geográfica. Mas faz considerações bastante contundentes de que a maior proximidade da Fase Cachoeira seria com a Tradição Aratu e, em suas conclusões, correlaciona os dados, principalmente os tipológicos com os descritos nos sítios do Estado da Bahia, estudados por Calderón e com os dados que eu levantei para as fases Itaúnas e Guarabu e, posteriormente, a fase Jacareipe, todas da Tradição Aratu. Portanto, em meados da década de 70, as pesquisas já estavam indicando uma grande amplitude geográfica dessa Tradição.

Um projeto de pesquisas realizado no norte do Estado de Goiás, hoje Tocantins, coordenado pelo dr. Pedro Ignácio Schmitz, levantou

uma série de sítios que foram agrupados na “Fase Mossamedes”, fase que foi filiada à Tradição Aratu. Atualmente, em função dos inúmeros projetos de pesquisa, a Tradição Aratu é encontrada em quase todos os estados brasileiros, principalmente naqueles definidos para a faixa costeira e tem a mesma amplitude da Tradição Tupiguarani.

Em segundo lugar, os dados, principalmente os paleoambientais, levantados no Sambaqui do Guará, localizado no baixo Xingu e os dados do sítio Areal, localizado na parte norte da baía de Vitória, Espírito Santo, considero um marco em minhas pesquisas arqueológicas.

Em ambos os sítios, os dados de uma regressão e posteriormente de uma transgressão marinha foram evidentes. Pode parecer estranho falar em regressão marinha no baixo Xingu, mas em todos os períodos do ano, a influência das marés ainda é sentida.

Os dados do sambaqui do Guará e dos sítios adjacentes, principalmente das datações radiométricas, possibilitaram a definição e a construção de um modelo paleoambiental para aquela parte da Amazônia. As bases do Sambaqui do Guará estão abaixo do nível mais baixo das águas do Xingu (setembro) e seus estratos superiores acima dessa linha. Portanto, uma relação bastante clara sobre o regime do rio Xingu e de que o início do estabelecimento daquelas populações sambaquianas se deu quando o clima era mais seco que o atual, com um nível fluvial com águas mais baixo que a média atual. Esse modelo foi utilizado por pesquisadores, principalmente franceses, de outras áreas científicas, para definir os climas pretéritos da região. Esses dados foram publicados pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo e, uma síntese, apresentada no Simpósio em comemoração do quinto centenário da descoberta da América, realizado em Washington em 1988, foi posteriormente publicada em “Prehistoria sudamericana. Nuevas perspectivas”, com o título de “Adaptação Agrícola no baixo Xingu”, onde apresentamos o modelo do Sambaqui do Guará e dos demais dados levantados na região.

Paralelamente aos estudos do Sambaqui do Guará, encontramos no litoral do Espírito Santo um sítio arqueológico que estava sendo destruído, mas ainda tivemos a oportunidade de fazer levantamentos que possibilitaram as definições paleoambientais. A população que iniciou a construção do sítio chegou ao local num período de uma transgressão marinha. Essa transgressão possibilitou alterações na paisagem com o aparecimento de lagunas na região e o estabelecimento do sítio foi em função dessa geodinâmica, pois está localizado ao lado de uma paleolaguna que foi a fonte dos recursos alimentares do grupo. Em seguida, ocorreu uma regressão e os padrões

culturais no sítio mudam consideravelmente e existem indícios de uma agricultura incipiente. Os dados do sítio Areal, juntamente com os reunidos por Calderón no Sambaqui da Pedra Oca e pela equipe do Instituto Brasileiro de Arqueologia (IAB), coordenado pelo dr. Ondemar Dias Júnior, no sítio Corondó, no litoral do Estado do Rio de Janeiro, demonstram o desenvolvimento de uma agricultura nessa faixa litorânea, mas que ainda precisam de estudos mais aprofundados para construir um modelo compatível com o que já se levantou.

MINHAS PALAVRAS FINAIS

Nesse meu depoimento tive como linha de construção as relações dos meus trabalhos com a minha trajetória formativa.

Os dois exemplos de contribuição à arqueologia brasileira, estão intimamente ligados aos cursos e aos projetos que acompanhei no CEPA. A questão da Tradição Aratu obviamente está ligada ao Seminário de Ensino e Pesquisa em Sítios Cerâmicos, que apesar de não ter participado, tive atualizações constantes através dos estudos do material arqueológico coletado nos projetos de pesquisas do Pronapa no Paraná.

Quanto às questões paleoambientais dos sítios Guará e Areal, foram conseqüência do ensinamento e das aulas do prof. Loureiro Fernandes e dos seminário orientados por Mme. Emperaire, e da visita que fizemos ao Sambaqui da Ilha dos Rosas, acompanhando os professores Bigarella e Fairbridge.

Portanto, as minhas contribuições que julgo importantes para a arqueologia brasileira são frutos do longo processo formativo que sempre teve o CEPA como centro.

REFERÊNCIAS

CHMYZ, Igor (Coord.). **Curso de aperfeiçoamento em métodos e técnicas arqueológicas**. Relatório e nota prévia sobre a fase Cachoeira. Goiânia: Museu Antropológico. 1975.

CORRÊA, Mariza. Traficantes do excêntrico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 79-97. 1988.

LAMING, Annette. Novas perspectiva sobre a pré-história do sul do Brasil. **ANHEMBI**, São Paulo, a. 10, v. 38, n. 113, p. 228-235, abr. 1960.

MEGGERS, Betty J. (Ed.). **Prehistoria sudamericana: nuevas perspectivas**. Santiago: Taraxacum, 1992.

PEROTA, Celso. O Sítio Dunas de Itaúnas. Considerações sobre a evolução holocênica no litoral do Estado do Espírito Santo. In: **Anais do III Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário**. Belo Horizonte. 1992.

_____ Les "sambaquis" de Guará et les variations climatiques pendant l'Holocène. In: **Anais do Symposium International sur l'évolution des Littoraux des Guyanes et de le zone caraibe méridionale pendant le Quaternaire**. ORSTON. Paris. 1992.

_____ Adaptação agrícola no Baixo Xingu. In: **Prehistoria Sudamericana. Nuevas perspectivas**. Santiago: Universidad del Norte. Chile. 1992.

_____ O Sítio Areal. Estudo da pressão ambiental sobre a população pré-histórica no litoral do Estado do Espírito Santo. **Revista de Cultura da UFES**, Vitória. 1993.

O CEPA: MEIO SÉCULO DE CONTRIBUIÇÃO PARA A ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

Marcos Albuquerque*

O poeta Gonçalves Dias, com grande lucidez, disse:

*Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar
A vida é combate,
Que aos fracos abate,
E aos bravos e aos fortes,
Só pode exaltar.*

A lembrança desta mensagem do poeta aumenta a minha satisfação de estar presente, aqui na Universidade Federal do Paraná, uma Casa que se constituiu em um grande divisor de águas na minha vida profissional. Neste momento tenho a certeza de estar falando para guerreiros, falando para heróis, pois conseguiram vencer as adversidades da vida, sobretudo as acadêmicas, eivadas de uma burocracia improdutiva e desestimulante. Os mais velhos aqui presentes, bem como alguns ausentes, pioneiros da arqueologia científica brasileira, encetaram uma luta renhida e superaram as adversidades que encontraram durante as suas respectivas trajetórias.

É com muita honra e emoção que neste momento me dirijo a estes heróis, que em grande parte está aqui presente. Porém, na platéia também se encontram jovens, e de diferentes gerações. Tenho a esperança de que estes jovens, futuros guerreiros, não se deixem abater nos combates que enfrentarão em suas atividades profissionais.

Os que não vivenciaram esta fase inicial da arqueologia científica no Brasil, sobretudo os mais jovens, terão dificuldade de

* Coordenador do Laboratório de Arqueologia da UFPE, professor do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE e Pesquisador do CNPq.
E-mail: marcos@magmarqueologia.pro.br

entender como foi alcançado o patamar atualmente atingido pela arqueologia brasileira.

Para os jovens de hoje, por exemplo, é difícil entender como o mundo funcionava sem celular, sem televisão, com poucas estradas pavimentadas. Elementos extremamente corriqueiros nos dias atuais, porém raros há 50 ou 60 anos. O automóvel, por exemplo, tão difundido na atualidade também se constituía em elemento raro naquela época. Chegava de navio, embalado em uma caixa de madeira.

Lembro-me que no Estado de Pernambuco tínhamos apenas 100 quilômetros de estrada pavimentada no sentido leste-oeste. O mais dramático era uma determinação da Universidade, segundo a qual não se permitia que seus veículos trafegassem fora da área pavimentada, ou seja, dispúnhamos apenas de uma pequena faixa para desenvolver as nossas pesquisas, isto, quando se conseguia uma viatura, após muitas trocas de ofícios. Por mais imaginativos que sejam os jovens aqui presentes, não conseguirão entender o que significou para os arqueólogos que integraram o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - Pronapa, receberem da Smithsonian uma Rural Willys, além de recursos financeiros livres da terrível burocracia nacional. Este momento foi sem dúvida um marco divisório na arqueologia brasileira do ponto de vista logístico.

Pós-graduação, acesso a bibliografia e tantas outras “banalidades” dos dias atuais constituía-se em verdadeiros e gigantescos obstáculos para os que optaram por se dedicar à emergente arqueologia científica no Brasil.

Por estas e outras razões desenvolvi um respeito profundo por este grupo que aqui se encontra presente, como também por outros pioneiros de saudosa memória. Pois foram esses que criaram a base para que hoje muitos dos presentes estejam realizando uma pós-graduação, que estejam tendo a chance de fazer arqueologia e poder ter nesta especialidade a sua profissão.

Defendo, já de algum tempo, que cada um de nós, dos mais antigos, tem o dever de deixar registrado, enquanto é tempo, a história de suas trajetórias, a história da formação dos diversos centros de pesquisas que se desenvolveram no País. Pois, se nós buscamos a recuperação da memória de grupos passados, temos mais que obrigação de registrarmos a nossa memória, a memória dos heróis que se encontram aqui presentes, bem como dos que já se foram, não apenas porque venceram, a despeito de todas as adversidades que enfrentaram, mas, sobretudo, para estimular os mais jovens aqui presentes, “candidatos a heróis do futuro”. Pois, se não mais encontrarão as adversidades do passado, encontrarão outras inerentes

ao próprio exercício de qualquer atividade de pesquisa. O campo de pesquisa já foi aberto, os cursos de pós-graduação já existem nos grandes centros do País, a bibliografia é abundante, a necessidade da arqueologia já se consolidou, entretanto novos desafios os esperam.

Sugiro ao Superintendente Regional do Iphan, José La Pastina Filho, aqui presente, que proponha junto à administração superior do Órgão, que procure resgatar a história da arqueologia brasileira. História dos segmentos do Órgão, envolvidos com arqueologia, como também dos pesquisadores e Centros de Pesquisa disseminados hoje em praticamente todo o território nacional. Acredito que a recuperação desta história deva partir do particular para o geral. Ou seja, que só se conseguirá resgatar essa história no momento que houver um somatório de todas as micro-histórias, de cada grupo de pesquisa, e que em seguida seriam reunidas em uma síntese da história da Arqueologia brasileira. Este, portanto, constitui-se em um momento histórico para a motivação do resgate destas informações.

No que me compete tentarei fazer uma breve síntese de nossa trajetória profissional, sobretudo no tocante ao que denomino de fase pré-CEPA e pós-CEPA.

A nossa história começou de uma forma extremamente curiosa. Primeiro, eu era um jovem extremamente curioso, sempre tive muita curiosidade por vários campos, comecei ensinando matemática o que não era muito comum nas pessoas que seguiriam as humanidades. Como a maioria das pessoas envolvidas com a área das chamadas ciências exatas, também cultivava um certo desprezo pelos que se dedicavam às humanidades. Confesso que eu não era nenhuma exceção. As humanidades eram vistas como se fossem uma sub-área do conhecimento. Entretanto aproximava-se o momento em que tinha que me definir por uma profissão. O vestibular se aproximava e as dúvidas eram maiores do que as certezas. Experimentei muitas coisas. Ensinei matemática, estagiei em micologia, organizei uma coleção de minerais e rochas, participei de várias expedições de geologia à procura de molibdênio, fui criado praticamente dentro de um hospital de pronto socorro onde meu pai era médico. Tive, portanto, a oportunidade, que não é comum à maioria dos jovens, de vivenciar um pouco do cotidiano de muitas profissões.

Após todas estas experiências cheguei à conclusão de que eu “não me encontraria” em nenhuma destas profissões. Resolvi então fazer arqueologia, em um momento em que não se falava nesta área em Pernambuco. O curso que mais se aproximava do que queria era o de Ciências Sociais, por oferecer as disciplinas de Antropologia Física e Cultural. Resolvi, portanto, cursar Ciências Sociais e dedicar-me

primordialmente às disciplinas de Antropologia. Um amigo havia me dito uma frase que memorizei: “- é muito importante na vida você saber o que quer e saber querer” e que, por conseguinte “fazer o que gosta e gostar do que faz é uma das chaves da felicidade profissional”. Em minha vida profissional existiu essa escolha muito cedo e, muito consciente, resolvi fazer arqueologia. Fiz vestibular para Ciências Sociais e iniciei o curso. As dificuldades naquela época eram incontáveis. A biblioteca da então Universidade do Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco, dispunha apenas de dois livros da área: *Les Hommes Fossiles*, de Marcelin Boule e Henri Vallois e o livro de Paul Rivet, *As origens do homem americano*.

Dediquei-me basicamente às duas cadeiras de Antropologia, e em dado momento uma dessas disciplinas, a de Antropologia Física, realizou uma excursão, o que era algo inusitado naquela época. O professor de Antropologia Física motivou a turma para localizar um sambaqui na praia de Pau Amarelo. De acordo com a programação, se deveria ficar acantonado em uma casa de veraneio de oficiais do exército, ao lado das ruínas de um pequeno forte. Ninguém sabia exatamente o que estava procurando, e provavelmente o professor se encontrava na mesma situação. Logo no primeiro dia ninguém mais se interessava pelo assunto, salvo um colega holandês, uma aluna que posteriormente veio a casar-se com ele, e eu. Este trio, a despeito do desinteresse geral, foi o único a insistir em escavar, mesmo sem a orientação necessária. O professor em um dado momento assumindo um ar doutoral reuniu toda a turma no ônibus da Universidade e solenemente disse: “- É tão importante para a ciência afirmar ou negar a existência de algo. Neste caso podemos afirmar que estas conchas não são um sambaqui”. Terminava a frustrada “expedição”.

Entretanto, nas imediações das ruínas do fortim de Pau Amarelo, encontrei um fragmento de argila de forma circular. Peça até então desconhecida por todos os presentes, inclusive pelo professor. Nesta oportunidade tive contato com Gilberto Freyre, através de Roberto Galvão que trabalhava com ele. Gilberto não conseguiu identificar a peça e me encaminhou para falar com o prof. José Antonio Gonsalves de Mello, historiador dedicado ao período holandês, e que tinha um grande conhecimento de peças. Após um grande manuseio da peça concluiu que talvez fosse um “bico de chaleira, de um bule, ou de alguma coisa por onde saia água, chá ou coisa parecida”. Indiscutivelmente, foi uma grande decepção para um jovem que queria se dedicar à arqueologia; tinha encontrado uma peça que não conseguia ser identificada por pessoas de tamanha respeitabilidade. Retomei o contato com Gilberto Freyre e expus a ele a situação. A partir deste momento

Gilberto percebeu minha insistência e interesse pela arqueologia. Esta "misteriosa" peça nada mais era do que a parte final do cotovelo de um cachimbo português. Esta peça se encontrava fraturada e não apresentava mais a sua chaminé. Aliás, peça que viria a encontrar aos milhares durante minha vida profissional.

Se alguém aqui já leu o tio Patinhas, deve se lembrar de sua moeda número um, aquela que ele mantém com a maior reverência. Esse fragmento de cachimbo é a "moeda número um" da minha vida profissional, pela qual eu tenho um carinho todo especial. Foi ela que abriu as portas para criação do então Setor de Arqueologia, que viria a ser o atual Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Havia sido criada por Gilberto Freyre uma Divisão de Antropologia Tropical, na então Universidade do Recife. Naquela ocasião visitou Pernambuco uma missão americana, talvez realizando uma pré-sondagem do potencial arqueológico da região. Esta missão era coordenada por um arqueólogo norte-americano chamado Russel. Acompanhava-o uma arqueóloga, também norte-americana, e um estudante canadense. Gilberto Freyre, lembrando-se do meu interesse pela arqueologia me chamou e disse: "- há uma oportunidade e eu gostaria que você acompanhasse esse grupo". Nesta oportunidade, Gilberto Freyre, que era uma figura séria e austera, como era o caso de Loureiro Fernandes, que tive a honra de conhecer, me fez uma observação: "- meu filho, leve uma caderneta para anotar tudo e para não parecer leviano".

Percorremos praticamente todo o nordeste. Alguns sítios arqueológicos foram localizados, inclusive na Serra da Capivara, no Piauí. Neste local, inclusive, quando se estava fotografando algumas pinturas, ocorreu algo interessante. O arqueólogo norte-americano, o Russel, era alto, gordo e tinha um problema de joelho, o que fazia com que o mesmo se locomovesse com dificuldade. Em um dado momento todas as suas dificuldades de locomoção foram superadas quando o mesmo, de forma desesperada, desceu a serra, rompendo a caatinga como uma 'caterpillar' e gritando: "- vespas, vespas!". Havia realmente uma grande concentração de marimbondos que atacava o americano.

No retorno desta expedição, que foi para mim algo indescritível, pois foi minha primeira grande viagem pelo nordeste do Brasil, apresentei a Gilberto Freyre um relatório que o impressionou bastante, sobretudo por compará-lo com o apresentado pelo americano. Não acredito que este fato deveu-se a competência minha e incompetência do americano. Talvez, neste trabalho de reconhecimento não interessasse à missão americana, apresentar algo mais complexo. Este é um fato que não posso comprovar, apenas supor.

Naquela época, nos idos de 1965, as coisas eram aparentemente mais fáceis. Gilberto Freyre resolveu apoiar a criação de um Setor de Arqueologia na Divisão de Antropologia Tropical. Para tal emitiu um ofício dirigido ao prof. José Antonio Gonsalves de Mello, diretor do Instituto de Ciências do Homem, solicitando a minha contratação como auxiliar de pesquisa. Desta forma foi criado o Setor de Arqueologia, que viria a ser o atual Laboratório de Arqueologia.

Os problemas que enfrentamos foram enormes, sobretudo pela falta de formação teórica em arqueologia. Aliás o problema não era apenas nosso. A arqueologia praticada no Brasil naquela época era bastante incipiente. Excluindo-se algumas pequenas exceções, não se dispunha de formação teórica.

Não tínhamos condições epistemológicas de formular problemas e iniciar uma pesquisa de forma sistemática e objetiva. Mesmo com esta debilidade, localizamos e “escavamos” doze sítios.

Nesta ocasião surgiu uma grande oportunidade que, por ingenuidade, não foi aproveitada. O antropólogo René Ribeiro, que havia sido meu professor de Antropologia Cultural, mantinha relações com o casal Evans. Sabendo do meu interesse por arqueologia, me procurou e comunicou que os Evans haviam entrado em contato com ele, e que estavam procurando alguém que quisesse trabalhar com arqueologia. Estavam iniciando um programa arqueológico para o Brasil e o Estado de Pernambuco se encontrava a descoberto. Nesta oportunidade me perguntou: “- você se interessa por isso, já que você quer fazer arqueologia?” Eu respondi: “- me interessa por arqueologia, mas não para trabalhar com os americanos”. Esta decisão decorreu de uma razão muito simples: a minha geração, a dos anos 60, era uma geração extremamente anti-americanista. Evitava-se usar calça jeans e demais símbolos que denotassem influência dos EUA.

Era a época da Aliança para o Progresso, do *Peace Corps*, etc. E eu, na ingenuidade e impetuosidade da juventude, pensei que não deveria “passar” informações do meu País para os americanos.

Hoje, com 64 anos de idade e 41 de arqueologia, chego a uma conclusão quase cômica. Independentemente da idade que se tenha, sempre tomamos decisões acreditando em nossa “maturidade”. Quando tinha 20 anos pensava que era maduro, quando me comparava aos meus 17 anos. Não foi diferente aos 30, aos 40 e hoje aos 60. Refletindo sobre algumas de minhas posturas assumidas aos 30 anos, vejo hoje como era ingênuo naquela época. Hoje tenho plena certeza que não será diferente nas próximas décadas.

Com a avaliação de hoje vejo como fui ingênuo e impetuoso por não ter aceito o convite do René Ribeiro naquela época. Teria

participado do Pronapa e acelerado os meus conhecimentos em um momento no qual a debilidade teórica em arqueologia era uma grande tônica.

Ainda com a avaliação de hoje tenho o maior respeito e admiração pelo Pronapa que, indiscutivelmente, foi o maior programa de pesquisa arqueológica realizado no Brasil de forma articulada. Faço algumas restrições metodológicas a este Programa, porém entendo que foi através dele que se formaram arqueólogos, e que o Programa permitiu ainda, uma ampla visão preliminar da arqueologia brasileira.

Mesmo não tendo aceito participar do Pronapa, tinha consciência de que os seus membros seguiam uma metodologia similar e que eu estava sem referencial operacional.

Aproximava-se, sem que eu tivesse a real dimensão do que ocorreria, um fato que viria a redirecionar a minha vida profissional e conseqüentemente a do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Tomei conhecimento, não me recordo como, de que haveria um curso de pós-graduação em arqueologia na Universidade do Paraná. Usei escrever, não me recordo se para o prof. Loureiro ou para o Igor, perguntando se havia alguma possibilidade de eu vir a participar desse curso no Paraná. Sendo sincero, não esperava resposta. Rapazola sem formação, sem tradição na área, conhecido apenas por um pequeno grupo local, por que seria aceito para fazer o tal curso ministrado por uma professora da Sorbonne? Porém, para minha surpresa não apenas recebi resposta, assinada pelo Igor, mas sobretudo por ser positiva. Fui aceito para participar do referido curso.

Nesta oportunidade teve início a minha grande experiência com a burocracia nacional. Escrevi para a Capes, que concordou com a proposta de me enviar uma passagem aérea Recife/Curitiba/Recife. Concordou, porém aproximava-se a data de início do curso e a passagem não chegava. Consegui recursos emprestados para comprar a passagem e viajei ao Paraná, pois acreditava que ali encontraria o que buscava, pelo menos uma direção a seguir nos próximos passos. Pensava em ser ressarcido da passagem rapidamente, fato que não ocorreu. Desta forma me iniciando também na burocracia brasileira.

Em virtude destes trâmites burocráticos cheguei com um retardo de três dias ao seminário da Ilha dos Rosas, na baía de Antonina.

Ao chegar ao Paraná, me deparei com uma experiência completamente nova. Nordestino, acostumado a 30 graus de inverno a verão, de repente me achava acampado na Ilha dos Rosas, experimentando um frio terrível.

Todas as experiências na Ilha dos Rosas foram para mim extremamente impactantes. O clima, a logística, a sistemática de



Escavação na Ilha dos Rosas. Momento pré-CEPA do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

pesquisa, os membros da equipe, enfim, uma mudança radical em diferentes segmentos de minha experiência até então vivenciada. Afinal, vinha de uma experiência praticamente autodidata.

Tinha “trabalhado”, até esta experiência no Paraná, 12 sítios arqueológicos. Alguns pré-históricos e outros históricos e de contato.

Confesso, sem nenhum constrangimento, e até com agradecimento e orgulho, que tanto eu, enquanto pesquisador iniciante, e o próprio Laboratório de Arqueologia da UFPE, vivenciamos dois momentos historicamente distintos: o momento Pré-CEPA e o momento Pós-CEPA. Acredito, inclusive, que o mesmo poderia ser dito por outros arqueólogos brasileiros.

Ao retornar do Paraná, escavei o meu 13º sítio arqueológico, a Feitoria de Cristóvão Jaques de 1516. Tratava-se de um sítio de contato entre os primeiros portugueses que aportaram em Pernambuco e um grupo de Tradição Tupiguarani.

A escavação deste sítio teve uma indelével significância para mim e para o nosso Laboratório. Vindo do CEPA, esta foi a primeira escavação “solo” que realizei com segurança. Claro que houve uma alteração de toda a sistemática até então utilizada. A forma de controle da escavação, dos perfis, da análise, etc.

Iniciava-se neste sítio a minha entrada oficial na arqueologia histórica, que nos meios acadêmicos de então não era considerada

“arqueologia”.

Foi durante a escavação deste sítio que comecei a namorar a minha futura esposa, que além de companheira de todas as horas, se tornaria arqueóloga.

Existem algumas coisas que curiosamente ficam fotograficamente na nossa memória. Uma das vezes, vindo com ela ao Paraná, estivemos na casa do Igor. Lembro-me da posição em que estávamos sentados em sua casa. Nesta oportunidade o Igor serviu uma bebida, talvez ucraniana, não me recordo, apenas lembro que era perfumada.

Igor – eu sei qual, era o Stainhaeger, bebida alemã.

Uma outra recordação que não posso esquecer jamais, foi o contato com o dr. Loureiro Fernandes. Embora fosse praticamente um garoto, na época, o dr. Loureiro me dispensou uma atenção toda especial. Conversava e me orientava como se fôssemos velhos amigos. De modo análogo ao procedimento de Gilberto Freyre, com quem trabalhava, sabia apoiar o jovem. Lição que aprendi e que acredito, deveria ser adotada pelos renomados pesquisadores. Quantas vezes o direcionamento da vida profissional de um jovem não pode ser alterada em função de seus contatos com seus mestres? Muitas vezes é mantida uma distância intransponível entre as gerações de pesquisadores, com sérios prejuízos para ambos. A humildade na transmissão do conhecimento em nada diminuirá o status do pesquisador já renomado. Respondo sistematicamente a todos os e-mails que recebo e para minha surpresa, muitas vezes, venho a conhecer o emitente que diz surpresa: “- nunca pensei que o senhor me responderia”. Como foi importante para mim a resposta do Igor? Como já disse, também não esperava receber resposta.

Embora sempre tenha sido disciplinado com minhas obrigações, um outro aspecto que muito me marcou na experiência do Paraná, foi a seriedade que o Igor sempre imprimia a tudo que fazia. Nasceu para pesquisador. Se não fosse arqueólogo estaria pesquisando em outra área do conhecimento, porém pesquisando. É a sua vida.

O Igor freqüentemente levava mantimentos de Paranaguá para a Ilha dos Rosas. Era a nossa única fonte alimentar. Certa vez houve um temporal e os mantimentos não chegaram.

Igor – eu quase naufraguei lá.

Começamos a pescar bagre e a salgá-los, (ainda restava sal). Depois de restabelecido o abastecimento, passamos a pescar por esporte, após o expediente de trabalho.

Nesta experiência da Ilha dos Rosas conheci o Schmitz, o Rohr, a Margarida Andreatta, o Celso Perota, a saudosa Lina, a Annette, com

quem estabelecemos uma estreita relação de amizade, e o Braz Pepe. Deste conhecimento, que nos abriu grandes horizontes, alguns fatos curiosos aconteceram.

Não havia no Brasil, naquela época, grandes espaços para encontros de arqueologia. O professor Schmitz organizava, em São Leopoldo, o Seminário de Arqueologia da área do Prata. Eu tinha terminado de escavar a Feitoria de Cristóvão Jaques, logo depois da Ilha dos Rosas, e foi nesta ocasião que o professor Schmitz me convidou para participar do referido seminário. Ocorre que o meu trabalho tinha sido realizado em Pernambuco, em outra bacia hidrográfica. Como iria participar deste encontro? O Schmitz resolveu de forma magistral, o seminário denominou-se Seminário de Arqueologia da Área do Prata e Adjacências, e com este título foi publicado os Anais deste encontro. Conseqüentemente agradeço ao prof. Schmitz, aqui presente, esta grande oportunidade para conhecer outros arqueólogos como a Nina, a Carrara e, em seguida, o Rex González e o Cigliano.

Ampliava-se meu ciclo de conhecimento com outros arqueólogos. Através do Igor, com quem mantive contato após a experiência da Ilha dos Rosas, soube que haveria um encontro do Pronapa em Belém. Embora não participasse desse Programa, pelas razões expostas, já tinha amadurecido um pouco mais e percebi que poderia aprender algo novo. Não tinha exatamente a noção que se tratava de um evento “fechado” aos seus membros. Pensava que fosse um encontro aberto como um seminário, ou algo semelhante.

Tinha montado, embora não pertencesse ao programa, uma seriação com o material encontrado na Feitoria. Afinal, a perspectiva abordada na Ilha dos Rosas era voltada praticamente para a indústria lítica. O famoso “método Ford” aplicava-se a outros materiais arqueológicos. Com a seriação em mãos comprei uma passagem e segui para Belém com muitas esperanças. O grupo encontrava-se hospedado no Hotel Central, em Belém. Pela manhã, no hall do hotel, encontro praticamente todos reunidos. Fui apresentado ao casal Evans e em seguida mostrei ao Clifford a seriação obtida. Ele ficou impressionado com o resultado e disse para Betty: “- veja o resultado desta seriação que este rapaz de Pernambuco conseguiu”. Recordo-me como se fosse hoje. A Betty ficou impressionada e conversamos um pouco sobre o assunto e sobretudo como eu tinha chegado a esta seriação se não participava do Programa. Em um dado momento o Clifford perguntou se eu tinha interesse em fazer um curso com eles nos EUA. Naquela época era praticamente o sonho de todo estudante universitário realizar um curso no exterior. Perguntei então ao Clifford o que era necessário. Ele respondeu que deveria entrar em contato

com o Simões, pois ele era o contato deles para estes assuntos. Como normalmente gosto de saber com quem vou tratar, perguntei ao Clifford se o Simões era um tipo “fácil” ou não? Foi, sinceramente, uma pergunta sem nenhuma maldade. Provavelmente pelo fato do Clifford não falar bem o português, quando comentou com o Simões sobre mim, deve ter alterado o sentido da pergunta. Em decorrência deste fato, gerou-se uma situação extremamente desagradável e difícil de se esquecer. À noite, estava passeando na calçada do hotel Central com o Igor, Ondemar, Calderón e o Celso, quando um do grupo, não me recordo quem, comentou: “- lá vem o Simões”. Aproximava-se um tipo com uma camisa folgada, por fora das calças e toda florida. Lembrava mais um turista americano no Havaí. Ao se aproximar fui apresentado a ele. Estendi a mão e ele não correspondeu. Apenas inquiriu: “- quer dizer que você me acha um tipo difícil? Nunca me viu!” Tentei explicar que se tratava de um mal entendido, porém nada adiantava. O Simões continuava com a mesma postura. Então, já irritado, respondi que tinha feito um pergunta para saber com quem iria falar, entretanto a partir daquele momento não tinha a menor dúvida que ele era um tipo difícil e que o assunto estava encerrado. Foi indiscutivelmente criado um clima insustentável. Não havia mais condições para eu assistir, mesmo como ouvinte, a reunião do Pronapa. O Napoleão Figueiredo, desapontado com o ocorrido, e tentando minorar a minha situação, me convidou para fazer um estágio sobre cerâmica amazônica em seu Laboratório. Foi um ato de solidariedade que reconheço e pelo que lhe sou grato. A partir deste episódio perdi, conseqüentemente o contato com o pessoal do Pronapa. Apenas mantinha contato com pessoas de forma isolada. Foi neste momento que ocorreu outro fato marcante no início de minha vida profissional. O Calderón me convidou para fazer um estágio com ele na Bahia. Disse que conseguiria hospedagem e alimentação. Apenas se esqueceu de informar que faria as refeições no restaurante universitário, e que o mesmo somente funcionava até a sexta-feira. Não houve informação verbal, apenas estomacal. Para minha surpresa, quando cheguei ao restaurante, o mesmo estava fechado e o vigilante informou que funcionava apenas de segunda a sexta. Tinha pouco dinheiro, o que me permitiu comer apenas alguns acarajés. Nas outras sextas-feiras comia bastante no jantar pois sabia que somente ir comer novamente na segunda. Compensava o vazio abdominal com água.

Os tempos mudaram. Hoje dificilmente se conseguiria um estagiário que se submetesse a estas condições. Diga-se de passagem que não defendendo esta situação, apenas considero importante que os mais jovens saibam pelo menos parte da história do início da arqueologia

científica brasileira. Se passei por estas experiências, muitos dos mais velhos, aqui presentes, passaram por outras, para chegarem onde chegaram.

Posteriormente, participei de outros estágios com o Calderón, com quem muito aprendi. Inclusive participei, juntamente com ele, da escavação da Gruta do Padre, em Petrolândia.

Muitos anos depois do incidente de Belém, já com a SAB criada, estava participando de uma de suas reuniões, quando para minha surpresa sentou-se intencionalmente ao meu lado o Simões. Em tom confidencial disse: “- tenho excelentes relações com os EUA, caso você precise de algum equipamento pode me dizer que facilito a importação”. Achei estranho, porém entendi como uma tentativa de reconciliação. Não necessitei de nada, porém mantive com ele relações cordiais a partir deste momento. Todas as vezes que nos encontrávamos, conversávamos como se nada tivesse ocorrido. Acho que esta atitude deve ter feito bem para ele.

Embora seja difícil, estou tentando dar um sentido cronológico a alguns episódios de minha vida profissional. Por esta razão, vou voltar ao Paraná.

A partir da Ilha dos Rosas, mantive um excelente relacionamento com a Annette, que convidou a mim e a Veleda para fazer um doutorado na França, sob a sua orientação. Isto nos anos de 1972/73. Nesta oportunidade, fomos passar umas férias de páscoa em sua residência de campo em Cardaiac, no sul da França. Casa medieval, em pedra, onde passamos momentos agradáveis de nossa vida. Nesta oportunidade, durante uma conversa à noite, ao pé de uma lareira, a Annette confidenciou algumas de suas angústias. Achava-se bastante deprimida por não encontrar uma razão objetiva para fazer arqueologia. Perguntava ela: “como em uma sociedade com muita gente passando fome, nós nos dedicamos a estudar o passado?”. Na época não consegui ajudá-la o suficiente, creio eu. Provavelmente hoje, teria alguns argumentos mais fortes nos quais acredito, como o *slogan* de nosso Laboratório: “Uma sociedade que não conhece seu passado não tem perspectiva de futuro”.

Dando prosseguimento a esta narrativa, volto ao CEPA. Saí do Paraná impressionado com a então estrutura do Igor. Tanto o Laboratório, como seus equipamentos, e sobretudo com a sua obstinação pelo trabalho que realizava. Tudo isto me motivou a enfrentar uma dura batalha que estaria por vir. Lutei por espaço na UFPE, comeci a buscar equipamentos que se adequassem à nossa realidade fisiográfica. Não foi uma luta fácil, sobretudo naquela época.

As universidades eram mal equipadas, os recursos eram parcos

estradas eram muito precárias. Porém com grande obstinação conseguimos dar sucessivos passos que permitiram chegarmos à situação atual. Não que estejamos satisfeitos, pois sabemos que “viver é lutar”. Não há nada que não possa ser aprimorado e melhorado. Espero um dia contar parte desta história com imagens em nossa *home page*: www.magmarqueologia.pro.br pelo menos o que conseguimos registrar.

Começamos com uma Lambretta. Foi um grande tento, pois permitiu o nosso deslocamento sem a necessidade da burocracia para se conseguir uma Rural para viajar. Embora de forma precária, a Lambretta conduzia uma peneira, pá, enxada, e mais alguns apetrechos necessários a um trabalho de campo. No final dos anos 60 conseguimos um Jeep e em seguida uma frota de 60 jumentos que ficavam distribuídos em diferentes pontos do sertão. Quando tínhamos dificuldade de locomoção com o Jeep passávamos a carga para o jumento mais próximo e prosseguíamos a viagem.



Fase intermediária dos equipamentos do Laboratório de Arqueologia da UFPE - Deslocamento no sertão com jumento.

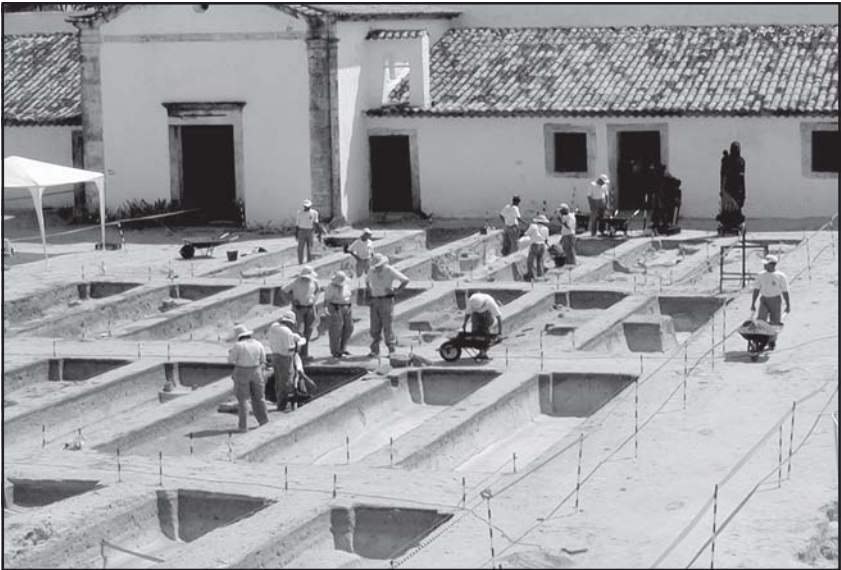
Hoje, com muita luta e obstinação, conseguimos trabalhar em outras condições operacionais. Dispomos de vários equipamentos que racionalizam o trabalho, otimizando tempo e recursos, sobretudo porque realizamos escavações de grande porte como fortes, cidades, etc.



Acampamento em barracas: um grande progresso na década de 1970.



Outro avanço do final da década de 70.



Aspecto das escavações do Forte Orange nos anos 2000.



Avanço nos transportes nos anos 2000. Utilização de quadricíclon em trabalhos de prospecção e reconhecimento.

Uma das mais recentes aquisições de nossa equipe foi indiscutivelmente o Laboratório Móvel. Este equipamento permite que praticamente o relatório da pesquisa saia já pronto do campo.

Disponemos neste Laboratório Móvel de um complexo sistema de comunicação entre ele e os veículos em campo, tanto com frequências terrestres como marítimas. Geração de energia, bancadas de análise, rede de informática, inclusive com Internet via satélite.



Laboratório Móvel do LA da UFPE.



Vista interna do Laboratório Móvel.

Para finalizar, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, no Paraná, de poder rever amigos, cultivados na Ilha dos Rosas. Amigos dos momentos iniciais de minha vida profissional. Agradeço ainda a oportunidade de poder compartilhar com os presentes um pouco da nossa história. Espero que um dia, toda a “velha guarda” faça o mesmo, inclusive de forma mais detalhada, pois esta é a única oportunidade de se resgatar, através das histórias individuais, a história do início da arqueologia científica brasileira.

Gostaria ainda de reafirmar que, o contato com o CEPA foi decisivo para o re-alinhamento dos objetivos e diretrizes de nosso Laboratório de Arqueologia da UFPE, e que, tanto a personalidade do Igor, como do Loureiro Fernandes, nos incentivou a defender, ainda mais, a importância de se lutar pelo que se acredita.

Por fim, gostaria de passar às mãos do Igor uma pequena lembrança na forma desta placa comemorativa:



Cepa, 50 anos de formação de arqueólogos e de preservação do patrimônio arqueológico Nacional. O reconhecimento e admiração da equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. Curitiba 3 de outubro de 2006.

A TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS DE UM ARQUEÓLOGO PARANAENSE

Igor Chmyz*

INTRODUÇÃO

Fui aluno da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, entre 1960 e 1963. Cursei Geografia e História, integrando a última turma que reunia os dois campos. Iniciei meus estudos em União da Vitória, minha cidade natal desde 1937. Lá freqüentei o Colégio Santa Terezinha, administrado pelas irmãs Carmelitas. Em Porto União, cidade vizinha delimitada pelos trilhos da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina-RVPSC, freqüentei o Ginásio São José, dos franciscanos. Iniciei o curso científico em Curitiba, no Colégio Estadual do Paraná, concluindo-o no Colégio Estadual Túlio de França, em União da Vitória.

Nas cidades em que me desenvolvi e, principalmente, nos seus arredores, tive contatos com material arqueológico. Vi o transporte, pela RVPSC, de material retirado de sambaquis do litoral de Santa Catarina. A volumosa carga procedente de “cemitérios indígenas”, como explicavam, servia para o revestimento de ruas. Do leito do rio Iguaçu, em cuja margem fundou-se o Porto da União da Vitória (séc. XIX), derivado do entreposto de Nossa Senhora da Vitória (séc. XVIII), exploradores de areia retiravam pontas de flechas, atribuindo-as aos índios, antigos habitantes do local.

Dos meus avós maternos, desde tenra idade, ouvia relatos sobre índios que tentavam impedir a implantação dos trilhos em direção a Santa Catarina ou raptar crianças dos imigrantes instalados em colônias no seu território. Meu avô, como funcionário da RVPSC e encarregado da construção das estações, serrou flechas cravadas nos corpos de operários das frentes de trabalho, para que pudessem ser colocados nos caixões.

Foi nos morros que ladeiam as cidades, repletos de cavernas

* Diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas e professor do Departamento de Antropologia/UFPR. E-mail: cepa@ufpr.br

e abrigos, porém, o meu contato direto com sítios arqueológicos. Em um deles, o abrigo-sob-rocha conhecido como Casa de Pedra, realizei uma coleta superficial de fragmentos cerâmicos.

Essas impressões e experiências levavam-me a procurar, em bibliotecas públicas e escolas, livros de arqueologia, antropologia e história. Tais obras, especialmente as relacionadas à arqueologia, eram escassas, mas serviram para a minha percepção de que esses assuntos envolviam métodos e técnicas de abordagem, que teriam de ser aprendidos.

Em 1958, ao participar de uma excursão realizada por meu tio no extremo oeste do Paraná, tomei conhecimento das ruínas de Ciudad Real del Guayrá. A visão que tive daqueles remanescentes em meio à densa mata das margens dos rios Paraná e Piquiri, foi decisiva para a minha carreira, mesmo inviabilizando e contrariando o projeto familiar.

INÍCIO DA TRAJETÓRIA

Ao regressar de Ciudad Real del Guayrá, procurei o Museu Paranaense para depositar uma telha colonial e fragmentos de recipientes cerâmicos que coletara. Recebeu-me o prof. Oldemar Blasi, que lá trabalhava juntamente com o arqueólogo norte-americano Wesley R. Hurt e outros; analisavam o material proveniente das escavações no Sambaqui do Macedo. Inteirei-me do curso em andamento, promovido pelo Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Paraná e do planejamento, para o próximo ano, pelo mesmo Centro, de pesquisas nas ruínas de Villa Rica del Espíritu Santo, na margem do rio Ivaí. Acenou-me o prof. Blasi com a possibilidade da minha participação naquele projeto.

Pouco depois Blasi, Hurt e José Wilson Rauth estiveram em União da Vitória para visitar a Casa de Pedra.

Transferindo-me para Curitiba no ano seguinte, passei a freqüentar o Museu Paranaense, desenvolvendo voluntariamente algumas tarefas, como limpeza, marcação e restauração de peças e ilustrações para publicações.

Em setembro daquele ano, finalmente seguimos para a pesquisa em Villa Rica. Como o projeto era da responsabilidade do CEPa, do qual o prof. Blasi era secretário, a minha participação teve de ser autorizada pelo prof. José Loureiro Fernandes, seu diretor. Eu já tivera vários contatos com o prof. Loureiro no Museu Paranaense e no recém-fundado Departamento de Antropologia.

Viajamos com a caminhonete do Museu, junto com a equipe da

arqueóloga francesa Annette Laming-Emperaire, que seguiria até Cidade Gaúcha para continuar as escavações no sítio de José Vieira. Esse trabalho integrava outro curso de formação do CEPA.

Ficamos no povoado de Fênix, em casa alugada de Antônio Quinteiro, o vigilante da reserva histórica e florestal criada pela Lei estadual nº 33/48. Na época, uma estrada cortava a reserva e, o acesso ao povoado se dava por balsa no rio Ivaí.

As pesquisas estenderam-se por 30 dias e compreenderam levantamento topográfico das ruínas e escavações em pontos determinados daquele sítio, além de escavações no sítio de J. Lopes situado nas proximidades. Nos fins de semana, para reforçar os ensinamentos recebidos, trabalhei no sítio Riacho Pequeno, que havia encontrado nas proximidades da casa alugada.

Em 1960, ao iniciar o curso de Geografia e História, fui convidado pelo prof. Loureiro para permanecer no CEPA e no Departamento de Antropologia. Ajudei-o na montagem do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá e das exposições temporárias no Departamento. No CEPA, onde estavam Maria José Menezes e Margarida Davina Andreatta, comecei a desenvolver pesquisas. Voltei ao abrigo Casa de Pedra para escavá-lo, assim como vários sítios localizados nos arredores e em outras regiões do Paraná.

Retornei, também, a Ciudad Real, realizando escavações e iniciando o levantamento topográfico da sua malha urbana. A topografia não foi concluída porque, já existindo intrusão nas imediações do espaço medido, essa prática foi impedida por grileiros armados.

Participei de aulas dos cursos que o CEPA promoveu na primeira metade da década de 60, quando me beneficiei dos conhecimentos transmitidos por Luiz de Castro Faria, Fernando Altenfelder Silva, Peter Paul Hilbert, João José Bigarella, Annette Laming-Emperaire e Riad Salamuni entre outros. Começou o meu relacionamento com os demais alunos, que seriam responsáveis, nas décadas seguintes, por grande parte da produção arqueológica no Brasil.

Em 1962, ainda como aluno, fui efetivado na Universidade em função administrativa. Apesar disso, em 1964, já graduado, tornei-me instrutor voluntário, ministrando a disciplina Arqueologia Pré-histórica, anteriormente lecionada pelo prof. Loureiro. Inconformado com a situação reinante e tendo em vista o congelamento de concursos no âmbito das universidades, abri mão da estabilidade daquela função e assinei contrato em regime da CLT em 1968.

No ano de 1973 concluí meu curso de doutorado na Universidade de São Paulo, nas áreas de Antropologia e Arqueologia e, surgindo a oportunidade em 1977, prestei concurso público para

professor assistente, retornando à situação de estatutário, em 1987, já como professor adjunto IV.

O REGISTRO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Embora já instalado no CEPA participei, em 1960, de mais uma etapa de campo em Villa Rica del Espírito Santo, coordenada pelo prof. Blasi, quando foram concluídas, também, as escavações no sítio Tupiguarani de J. Lopes. Passei a contar, entretanto, com a ajuda financeira do Centro para realizar meus próprios trabalhos. Os recursos disponibilizados eram pequenos, mas possibilitavam o pagamento de passagens de ônibus e alimentação. Para o deslocamento dos pontos finais até a área da pesquisa, contava-se com a boa vontade de pessoas influentes, como o comandante do 5º Batalhão de Engenharia de Combate, em Porto União, que cedeu jipe com motorista em uma ocasião, e veículos fretados para levar e trazer ou, quando a distância não era muito grande, a bicicleta. Com a aquisição de um jipe Candango pelo prof. Loureiro, para atender as necessidades do Museu de Paranaguá, passei a utilizá-lo nas pesquisas. Era um veículo que transitava bem em estradas precárias, mas tinha pontas de eixos frágeis que quebravam nos piores lugares. Era preciso levar peças sobressalen-



Urna funerária do sítio PR-AN-1 (vale do Itararé), transportada para Curitiba no Jipe Candango (1965).

tes para que o reparo fosse mais rápido. Com o Candango cheguei, em 1963, ao lado das ruínas de Ciudad Real, local que, cinco anos antes, por não existirem estradas, teve de ser acessado de barco pelo rio Paraná.

Inicialmente, dediquei-me ao estudo da Casa de Pedra e ao contíguo vale do rio Vermelho. Para a escavação do abrigo, além do que aprendera, recebi orientação do arqueólogo José Maria Cruxent durante sua visita ao CEPA. No vale foram localizados e trabalhados vários sítios pré-cerâmicos, mais tarde filiados à tradição Umbu, além de cerâmicos e petróglifos.

Em 1962 acompanhei o prof. Loureiro em uma viagem ao Rio Grande do Sul. Fui por ele posto em contato com um grupo ligado a um centro de tradições gaúchas de Caxias do Sul que lhe haviam informando sobre sítios arqueológicos. Prospeccionei, então, uma habitação subterrânea e um abrigo-sob-rocha com restos de enterros indígenas.

O resultado dessa pesquisa foi divulgado no periódico *Runa*, dirigido pelo arqueólogo Osvaldo Menghin, na Argentina, de quem recebia publicações e comentários. Os das outras abordagens foram publicados em anais de encontros, periódicos de instituições científicas e de acadêmicos.

Deparei-me novamente com habitações subterrâneas em 1964, quando prospeccionei as margens do médio rio Iguazu, nos municípios de Bituruna e Cruz Machado. Formavam concentrações e apresentavam dimensões variadas; nas proximidades de um deles, no topo de um morro, encontrava-se um cemitério indígena composto por montículos alongados cercados por um muro de terra.

Naquele ano, ainda, pesquisas feitas nos municípios de Cambará (PR) e Salto Grande (SP), resultaram no registro de sítios em seqüência, inclusive de alguns que estiveram submersos pelo reservatório da UHE Salto Grande, os quais, devido ao rebaixamento temporário do seu nível, ficaram expostos.

As prospecções que estavam sendo desenvolvidas objetivavam o estudo de áreas amplas para periodização das ocupações. Uma dessas periodizações, a relacionada ao vale do rio Vermelho, foi apresentada na reunião da Associação Brasileira de Antropologia, em São Paulo, em 1963, e publicada na Revista do Museu Paulista no mesmo ano.

Em 1961 o prof. Loureiro havia solicitado dados para a elaboração de um mapa do Paraná que, mostrando os sítios arqueológicos conhecidos até então, pudesse ser utilizado em uma exposição temporária do Departamento de Antropologia. O mapa chegou

a ser executado pelo cartógrafo Rodolfo Doubek, mas pouca coisa foi assinalada. Na faixa costeira figuravam sambaquis localizados pelo geólogo João José Bigarella em meados da década de 1940, porém poucos deles haviam recebido alguma intervenção: o Sambaqui de Matinhos, por Loureiro Fernandes em 1944, o Sambaqui do Araújo II, por Adam Orssich e colaboradores em 1952, os sambaquis do Corisco, da Ilha dos Ratos e do Guaraguaçu, por Joseph Empeaire e/ou Annette Laming e equipe entre 1956 e 1961, o Sambaqui do Macedo, por Wesley R. Hurt e colaboradores em 1958, e o Sambaqui de Saquarema, por José Wilson Rauth entre 1959 e 1960. Na porção do planalto foram marcados os pontos ocupados pelas ruínas espanholas do século XVI e reduções jesuíticas do século XVII, conforme o posicionamento estabelecido pela Lei estadual nº 33/48 nos vales dos rios Paraná, Paranapanema, Tibagi e Ivaí, os sítios estudados por Joseph Empeaire e/ou Annette Laming: Porto Moysés Lupion e Barracão, no sudoeste, Dionísio Cerqueira (na divisa de Santa Catarina), José Vieira e Gruta do Wóbeto, no vale do rio Ivaí, envolvendo ocupações pré-cerâmicas e cerâmicas; na região de Piraí do Sul, junto à Escarpa Devoniana, foram assinalados os abrigos com pinturas por eles descritos. Foram marcados, também, os sítios cerâmicos estudados por Herbert Baldus, em 1944, na região de Cambará, o sítio Estirão Comprido, no médio rio Ivaí, que começou a ser escavado por Loureiro Fernandes em 1951 e continuado por Fernando Altenfelder Silva e equipe em 1954, o sítio 3 Morrinhos trabalhado por Oldemar Blasi na margem do rio Paraná em 1959, além dos já citados J. Lopes e Riacho Pequeno, no médio rio Ivaí e os sítios do vale do rio Vermelho.

O registro da maioria dos sítios do planalto foi em consequência de informações de moradores locais, deles resultando estudos pontuais. As pesquisas feitas nos sambaquis, mesmo que houvesse o interesse pelo conhecimento do seu conteúdo, tinham por meta o ensino de técnicas de escavação. A utilização de sambaqui como sítio-escola começou com Orssich em 1952, e continuou com Empeaire, Laming e Hurt nos anos seguintes. Alguns sítios do planalto, como José Vieira e Gruta do Wóbeto, também serviram de base para cursos de formação.

O próprio Orssich, porém, considerando que escavações pontuais pouco contribuíram para o conhecimento da evolução cultural aconselhava, em correspondência encaminhada ao Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia em 1953, que a Universidade previsse estudos em áreas amplas e de longa duração. Annette Laming-Empeaire, em 1962, ao conduzir o Curso de Arqueologia Pré-histórica do CEPa, que enfocou pontualmente dois sambaquis, ao continuá-lo na Gruta do Wóbeto, estendeu as prospecções aos seus arredores

registrando vários sítios que lhe forneceram dados complementares para o entendimento daquela ocupação.

Os trabalhos por nós desenvolvidos em 1964 no vale do rio Paranapanema, já em ritmo de salvamento, serviram de base para o Curso de Ensino e Pesquisa em Sítios Cerâmicos, coordenado por Clifford Evans e Betty J. Meggers no mesmo ano. Adequavam-se, pelo fato de terem captado evidências de sítios registrados em área ampla, ao escopo do curso que era o da introdução do chamado Método Ford para o estabelecimento de seqüências culturais.

Os integrantes desse curso estruturaram um projeto que seria desenvolvido nos seus estados de origem, entre 1965 e 1970. Denominado Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), o projeto foi coordenado cientificamente por Evans e Meggers e tecnicamente por Mário F. Simões, do Museu Goeldi. Contou com o apoio financeiro do Smithsonian Institution e de bolsas concedidas pelo Conselho Nacional de Pesquisas, sendo homologado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

No Paraná, integrado ao Pronapa, trabalhei em trechos selecionados nos vales dos rios Paranapanema, Ivaí, Iguaçu e Paraná para prospecções extensivas. Delas resultaram o registro de centenas de sítios e a obtenção de amostras para o estabelecimento de seqüências culturais. Todas as evidências de ocupações pretéritas foram consideradas, abrangendo remanescentes pré-cerâmicos, cerâmicos, de contato e mais recentes.



Infra-estrutura de campo e equipe, no vale do Ivaí. Da esquerda: Vicente M. dos Santos, Igor e Lygia Chmyz (Pronapa, 1967).

Os recursos alocados à pesquisa no Paraná permitiram a aquisição de veículo tracionado, barco motorizado, equipamento para acampar e máquina fotográfica; permitiram, ainda, a manutenção da equipe em campo e a remuneração de trabalhadores locais. Bolsas para estágio de acadêmicos foram concedidas pelo CEPA.

Durante as já referidas prospecções no vale do rio Paranapanema em 1964, foi constatada a construção da barragem da UHE Xavantes, que afetaria principalmente o vale do rio Itararé. Os contatos mantidos com os promotores da obra, com vistas à implantação de salvamento, resultaram infrutíferos; não se sentiam seus responsáveis obrigados a financiá-lo para mitigar o impacto que causariam ao patrimônio arqueológico. Recusaram-se, inclusive, a fornecer cópias das detalhadas cartas geográficas da área. Tais atitudes estavam de acordo com a ótica dos “impulsionadores do desenvolvimento” daquela época, não só com relação à arqueologia e ao meio-ambiente, mas também com a população atingida que questionava o valor arbitrado para suas propriedades.

O fato foi levado ao conhecimento do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (hoje Instituto), pois, desde 1964, o CEPA era o seu representante para assuntos de arqueologia no Paraná. Rodrigo M. F. de Andrade solicitou que um projeto fosse estruturado para o salvamento. Com os recursos liberados rapidamente pelo Ministério da Educação e Cultura, o projeto começou em 1965, mas, tornando-se insuficientes no final do segundo ano de execução, o CEPA teve de injetar os seus próprios para concluí-lo em 1968.

Embora usásse-mos o veículo do Pronapa para esse trabalho também, quase toda a pesquisa foi operacionalizada com barco a motor



Retorno ao acampamento, com o produto de um dia de prospecções nas margens do Paranapanema (Pronapa, 1965).

devido a precariedade das poucas estradas existentes. As freqüentes corredeiras e saltos representavam embaraços, superados à medida em que se aprendia a “ver” os “canais” ou transpô-los arrastando a embarcação; favoreciam, por outro lado, a localização de sítios, geralmente situados nas suas imediações.

Os mapas planialtimétricos, negados pelos empreendedores da hidrelétrica, seriam de grande valia na investigação, uma vez que os que tínhamos em mãos eram incorretos, datando da década anterior. Essa situação foi constante também nas áreas do Pronapa e de outros projetos não atrelados a hidrelétricas, desenvolvidos na década de 1970 e boa parte da seguinte.

Data de 1965, ainda, outra experiência ligada à área de salvamento. No médio rio Iguaçu, a Companhia Paranaense de Energia (Copel) construía a UHE Salto Grande e motoniveladoras haviam perturbado sítios. O apoio conseguido junto ao empreendedor, foi unicamente de ordem logística, permitindo que a equipe se instalasse no hotel da obra. No final da pesquisa, o engenheiro residente, Viriato Parigot de Souza constrangido, apresentou a conta da hospedagem. Foram esclarecedoras e produtivas, porém, as conversas com ele mantidas nos finais de tardes. Não concordando com o pensamento descompromissado da estatal com relação ao impacto causado pela obra ao ambiente e à arqueologia, sugeriu estratégias que poderiam vencer as barreiras. Os projetos de salvamento estruturados posteriormente passaram a conter dados etno-históricos das áreas ameaçadas, especialmente das populações indígenas, pois em poucas delas sítios arqueológicos eram conhecidos. A ausência do registro arqueológico na área era interpretada pelos empreendedores como a sua não existência. Tal lógica ficou explicitada em uma frase de um engenheiro de hidrelétrica: “-Salvar o quê, se na área afetada não se encontrou sítio. Você trabalha com bola de cristal?”. O procedimento adotado foi em parte o que seria determinado, em 1984, pela Resolução nº 001, do Conama.

Com a infra-estrutura criada para a execução do Pronapa e os recursos financeiros disponibilizados pela Universidade para pesquisa e pelo Iphan para fiscalização, apesar de parcimoniosos, o registro de sítios arqueológicos foi incrementado, revelando a diversidade dos seus componentes. No litoral, geralmente atendido para coibir ações vandálicas a sambaquis, com infratores encaminhados à Procuradoria da República e à Polícia Federal, outros tipos de sítios começaram a ser evidenciados, como os formados por caçadores-coletores não associados a sambaquis e ceramistas; atenção foi dispensada também aos assentamentos caboclos (neobrasileiros), alguns deles revelando fortes traços do substrato indígena.

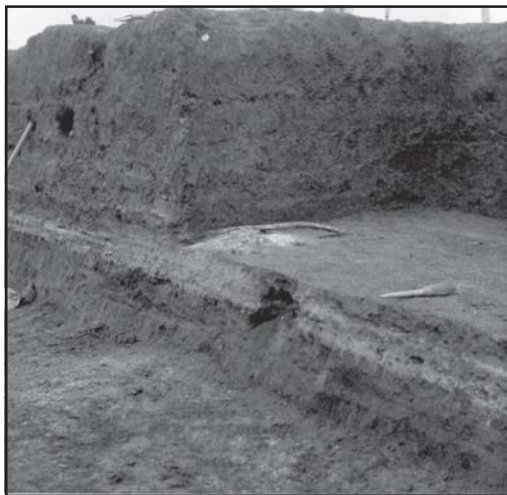
No planalto, várias áreas foram prospeccionadas em função de informações ou de fiscalização; compreenderam trechos das bacias dos rios Paraná, Iguaçu, Ivaí, Piquiri e Tibagi. Destacaram-se as pesquisas realizadas no Município de Bataiporã, no atual Estado do

Mato Grosso do Sul (1967) e nos municípios paranaenses de Campina da Lagoa e Uiratã (1970-1). Da primeira, abrangendo dois sítios Tupiguarani na margem do rio Samambaia, resultaram importantes dados sobre padrões de implantação e práticas funerárias diversificadas. O transporte do volumoso material e dezenas de urnas neles escavadas envolveu percursos de barco e exigiu grande esforço e estratégias improvisadas.

A segunda pesquisa transcorreu em um espaço que estava



Conjuntos funerários do sítio MS-IV-1, na margem do Samambaia (1967).



Cremação exposta no aterro do sítio PR-UB-4, no vale do Piquiri (1971).

sendo desmatado para o plantio, em larga escala, da soja. A paisagem dominante era a de terrenos cobertos por árvores abatidas e queimadas, alguns já sendo arados e, outros ainda com a floresta. Muitos sítios puderam ser registrados, inclusive parte de um caminho valado, que foi associado a um dos ramais do Peabiru. Um dos sítios que reunia habitações subterráneas, bases de habitações na superfície e aterros funerários, um deles de grandes dimensões e que forneceram dados sobre cremações, além de caminho valado, teve várias de suas estruturas escavadas. Quase todos os sítios estavam ligados à tradição Itararé.

No final da década de 1960, foram encerradas as atividades de campo do Pronapa, com pesquisas no alto rio Paraná e baixo rio Paranapanema, com ênfase na área da redução jesuítica de Nossa Senhora

de Loreto, fundada em 1610; no seu entorno foram localizados 26 sítios por ela influenciados, constituindo a fase Loreto.

Na década de 1970, as pesquisas continuaram enfocando trechos do Estado do Paraná em decorrência das atribuições delegadas pelo Iphan e somente às custas de suas dotações orçamentárias anuais. A reforma universitária, iniciada na segunda metade da década anterior, extinguiu o Instituto de Pesquisas e atingiu duramente o CEPA em 1972, quando da sua implantação na Universidade do Paraná. Como os departamentos passaram a representar a menor fração da estrutura universitária no ensino e na pesquisa, o CEPA perdeu uma de suas funções precípuas, a de formar arqueólogos. Enquanto as pesquisas prosseguiram, tentou-se filiar o CEPA aos órgãos suplementares da Universidade, mas tal intenção esbarrou no reconhecimento do Museu de Arqueologia de Paranaguá como seu órgão suplementar caracterizando-se, na interpretação de seus administradores, a duplicidade de funções. O prof. Loureiro, que havia se afastado da direção do CEPA em 1966, continuava administrando o Museu de Arqueologia de Paranaguá na época da reforma universitária e lutava para que ele não fosse prejudicado nessa transição. O CEPA ressurgiu em meados da década seguinte, como órgão auxiliar do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR, mas sem qualquer dotação orçamentária.

É nesse contexto que se inicia, em 1975, o Projeto Arqueológico Itaipu para o salvamento nos espaços brasileiros (PR e MS) que seriam afetados pelo gigantesco empreendimento hidrelétrico binacional. Concluído em 1983, esse projeto cadastrou centenas de sítios que possibilitaram a periodização arqueológica da área, desde 8000 antes do presente até a primeira metade do século XX. O acervo recolhido hoje está depositado no Ecomuseu de Itaipu, em Foz do Iguaçu, na sua reserva técnica e em exposição.

Por solicitação da Itaipu Binacional em 1974, quando se estruturava o projeto brasileiro, percorri as instituições de ensino superior em Assunção para elencar profissionais que poderiam tratar do assunto no lado paraguaio. Disso resultou a implantação de um projeto intitulado “Investigaciones Históricas, Socioculturales y Arqueológicas del Area de Itaipu”, desenvolvido por numerosos participantes. A arqueologia ficou sob a responsabilidade de Joana Barnaro de Díaz Ruig, ex-aluna do arqueólogo argentino Alberto Rex Gonzalez. No Brasil, ênfase foi dada para a arqueologia. Para o período histórico mais recente, pesquisado por meio da história oral e cartorial, foi criado um sub-projeto conduzido por Ruy Christovam Wachowicz. Não se conseguiu implantar um sub-projeto de antropologia, unicamente por desinteresse dos especialistas.



Escavação do sítio PR-FI-21, durante o Projeto Itaipu. Da esquerda: Celso Perota, João C. G. Chmyz, Eliane M. Sganzerla e Elve Lamb (1975).

Outras pesquisas de salvamento foram executadas no final da década: o Projeto Arqueológico Salto Santiago e o Projeto Arqueológico Foz do Areia, ambos enfocando o médio rio Iguaçu, aquele junto à UHE Salto Santiago, da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - Eletrosul, e este à UHE Foz do Areia, da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

O contrato que desencadearia o projeto da Copel, foi-me entregue pessoalmente pelo já citado engenheiro Parigot de Souza, talvez como uma deferência pelo ocorrido em 1965.

Entre os trabalhos da década, não vinculados a salvamentos, menciono três: o primeiro foi realizado no rio Tocantins, em 1975, nos arredores da cidade maranhense de Imperatriz, onde a Universidade do Paraná mantinha campus avançado e, vinculada ao Projeto Rondon, propiciava atividades de professores e alunos junto à comunidade local. Um sítio pré-cerâmico e vários cerâmicos foram registrados obtendo-se, para dois deles, datação por C-14.

Como a atuação do CEPA fora das fronteiras do Paraná estava prevista na portaria da sua criação, as pesquisas costumavam abranger estados limítrofes. Tentava-se, entretanto, quando no território vizinho havia arqueólogos, estabelecer vinculações. Durante a estruturação do salvamento no vale do rio Itararé, em 1964, o Instituto de Pré-histórica

da USP foi consultado para desenvolvê-lo na margem direita.

Anteriormente ao trabalho no Maranhão, o CEPA já havia atuado no Rio Grande do Sul (1962), em Santa Catarina, no vale do rio Uruguai, em 1965, juntamente com Walter F. Piazza da UFSC e no vale do rio Piracanjuba, em Goiás, em 1972, durante curso de aperfeiçoamento ministrado no Museu Antropológico da UFGO.

Em 1967, chegou a ser delineada uma prospecção que abrangeria a ilha de São Luís e os lagos da Baixada Maranhense a pedido de Rodrigo M. F. de Andrade, diretor do Iphan, mas não concretizada devido ao protesto do Museu Goeldi, seu representante para assuntos de arqueologia na Amazônia Legal.

O segundo trabalho destacado foi realizado em 1976, junto aos remanescentes do Sambaqui de Matinhos, cuja área já estava englobada pela malha urbana da cidade homônima. Os cortes efetuados por operários para receber os alicerces de uma habitação revelaram esqueletos humanos no solo arenoso, logo abaixo da camada residual de conchas. A escavação praticada no pequeno espaço disponível expôs enterro de adulto acompanhado de criança. Foi possível, também, datar o momento inicial da construção do sambaqui.

O terceiro, também em 1976, foi no Município paranaense de Altônia, ao lado do rio Paraná e da lagoa Xambrê. A mata nativa residual de uma pequena propriedade rural havia sido abatida e os moradores, ao abrirem covas para o plantio de pés de café, começaram a



Conjuntos funerários do sítio PR-XA-1, na lagoa Xambrê (1976).

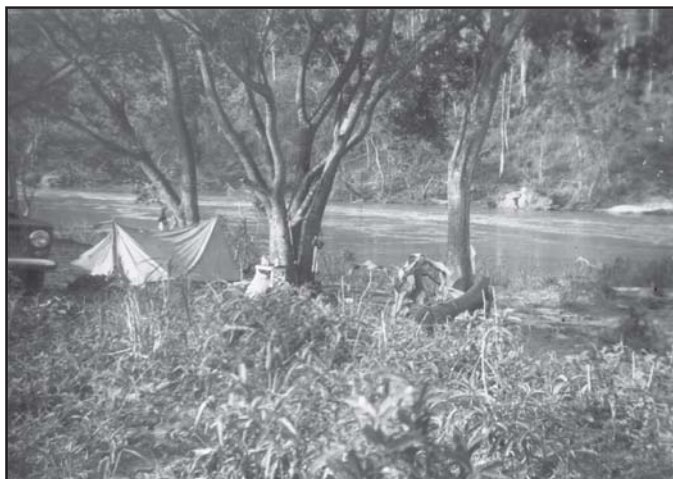
encontrar e desenterrar urnas funerárias. Durante a pesquisa foram escavados vários conjuntos funerários e topografadas 29 bases de habitações. Esse local voltou a ser abordado em 1982.

Com exceção da Rural Willys, o equipamento adquirido para o Pronapa continuou sendo utilizado nas pesquisas seguintes. Para o projeto de Itaipu foi comprada nova Rural e um trailer que dava mais conforto aos acampamentos compostos por barracas. Os acampamentos eram indispensáveis nas décadas de 60 e 70 porque as cidades ou povoados próximos dos locais de trabalho possuíam precária infraestrutura hoteleira. Era mais seguro e higiênico permanecer em acampamentos. A outra vantagem era a facilidade de mudança quando as distâncias tornavam-se demasiadas na área da pesquisa. É preciso que se frise, também que, naquela época, as estradas que servissem aos propósitos do trabalho eram poucas ou inexistentes. Grande parte dos espaços do projeto de salvamento no rio Itararé e do Pronapa foram prospeccionados com o uso de barco motorizado. Os acampamentos propiciavam, também, o que era muito importante, um contato mais intenso com a população local, que da natureza do trabalho se inteirava e colaborava espontaneamente. Entre os muitos episódios vivenciados, destaco um ocorrido com um lavrador da área de Itaipu que sacrificou um dia de sua atividade normal para participar das escavações e “sentir” como era a prática do arqueólogo.

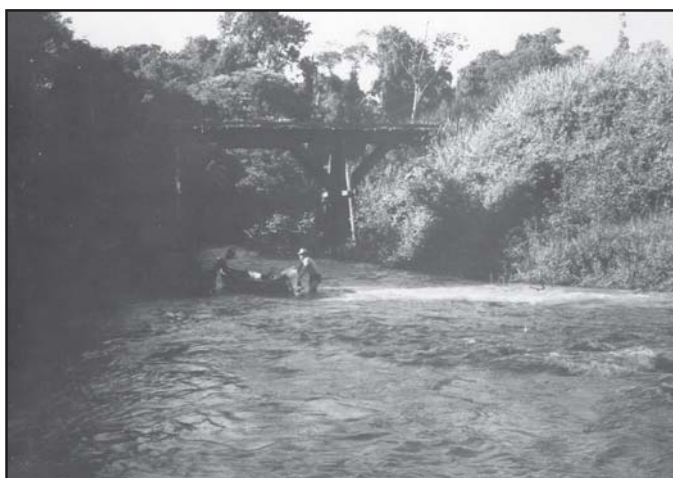
Os acampamentos deixaram de ser montados em meados da década seguinte, porque a infra-estrutura hoteleira das cidades havia evoluído e os locais da pesquisa podiam ser acessados rapidamente pelas estradas que melhoraram e se multiplicaram; nas hidrelétricas, a equipe passou a ocupar as excelentes instalações existentes nos canteiros de obras. Por outro lado, o uso de acampamentos foi se tornando inviável, também, devido ao acelerado desmatamento que atingia até as margens dos rios, sendo raros os pontos que ofereciam condições de acolhê-los. Os lugares anteriormente escolhidos sempre estavam na margem de rios ou riachos, nos quais se obtinha água para beber, cozinhar e banhar, mas, com o uso indiscriminado de pesticidas na monocultura de trigo, soja ou milho e a conseqüente poluição fluvial, até esse benefício deixou de existir.

Na década de 1980 foram encerrados os projetos de salvamento de Foz do Areia (1981) e Itaipu (1983) e desenvolvidos o Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu - Fase I (1982-3), para a Companhia Energética de São Paulo - CESP, no médio rio Paranapanema, o Projeto Arqueológico Passaúna (1985-6), no alto rio Iguaçu e, em 1986, iniciada a segunda fase do Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu - PART. Com exceção da Fase I do PART, os demais projetos foram de difícil

execução e com interrupções devido à burocracia e à falta de metas definidas dos empreendedores.



Acampamento na margem do Paranapanema, logo abaixo da foz do Itaré (Pronapa, 1965).



Transposição de corredeiras no rio Condor (vale do Ivaí), durante o Pronapa (1967).

A implantação do Projeto Passaúna no espaço de captação de águas para o abastecimento de Curitiba, por exemplo, tendo em vista a recusa de seus responsáveis em financiá-lo, dependeu de recursos injetados pela Eletrosul, que com ele nada tinha a ver. Isso foi possível

porque desde o início da década a Eletrosul estava instalando o canteiro de obras e começando a construção da barragem da UHE Ilha Grande no rio Paraná, no limite superior da área da UHE Itaipu. Esses impactos iniciais foram atendidos pela equipe do Projeto Itaipu. Os entendimentos para a estruturação do projeto de salvamento de Ilha Grande arrasaram-se até 1985, quando a sua proposta foi solicitada oficialmente. O impacto que a obra causaria às extensas e baixas áreas nas margens do rio exigiria a participação de várias equipes, que teriam de ser formadas. Para solucionar o problema a Eletrosul liberou recursos destinados à elaboração de um Termo de Referência da área da UHE Ilha Grande, tarefa que foi executada em conjunto com Gilson Rodolfo Martins e Everaldo Pinto Conceição, da UFMS, e para um curso de capacitação em arqueologia de salvamento. Este curso foi desenvolvido na área do Passaúna, em 1985. No ano seguinte, para a sua conclusão, conseguiu-se o apoio da Secretaria do Interior do Paraná. Este projeto proporcionou as primeiras datações radiométricas para ocupações pretéritas na Região Metropolitana de Curitiba.

O Projeto de Ilha Grande nunca foi efetivado, apesar de criado em 1989 e já considerando a participação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul na margem direita do rio Paraná. A construção da UHE Ilha Grande foi suspensa e, no seu lugar, surgiu o Parque Nacional de Ilha Grande. Se prosseguisse, o seu reservatório afetaria sítios como os estudados em 1967, no rio Samambaia, o da Lagoa Xambê, em 1976 e as ruínas de Ciudad Real del Guayrá.

No tocante a atividade de salvamento ainda, o CEPA orientou a estruturação do Projeto Arqueológico Xingó, na área da UHE Xingó, construída pela companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (Chesf), participando da primeira etapa de campo em 1988. Esse assessoramento foi interrompido no mesmo ano, devido à paralisação da obra. Sônia Vitória, membro da equipe inicial do projeto em Sergipe, havia realizado estágios de campo e laboratório junto a pesquisas do CEPA.

Pesquisas menores também aconteceram na década de 80, para o atendimento pontual de ocorrências, como o resgate de urnas funerárias postas à venda pelo descobridor, no Município de Itambaracá (1982) e de urna e sítio impactados durante construção de um centro de lazer, no Município de Andirá (1986), ambos no vale do rio Paranapanema.

Com a destinação de terrenos limítrofes ao reservatório da UHE Itaipu para usos múltiplos, trechos nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul passaram a ser previamente prospeccionados a partir de 1986, delas resultando sítios registrados e resgatados. Em um deles, o situado na faixa residual do extinto Parque Nacional das Sete Quedas, em

Guáira, onde se implantaria um estaleiro, o volume de sítios encontrados foi tão expressivo que, a nosso pedido, a Itaipu Binacional invalidou a destinação original, reservando-o para preservação e pesquisa. Um dos sítios cerâmicos encontrados, constituído por cinco bases de habitações, começou a ser escavado em toda a sua extensão para que ali se reconstituísse, com dados arqueológicos e etno-históricos, uma aldeia. Este projeto, integrado ao Eco-Museu de Itaipu em Foz do Iguaçu, unidade daquela empresa que recebeu todo o acervo do salvamento realizado, seria destinado ao turismo cultural. Estendeu-se até o final da década, mas a reconstrução da aldeia não foi implantada devido às novas diretrizes de entidade.



Canhão exposto durante escavação na Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, Ilha do Mel. Na foto: Eliane M. Sganzerla (1990).

Escavações foram realizadas no terrapleno da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, em Paranaguá, em 1985 e continuadas entre 1989-90, na parte interna. Encomendadas por Aresta Arquitetura e Restauro Ltda. e Instituto Saint-Hilaire, respectivamente, as pesquisas subsidiaram a restauração daquela edificação do século XVIII, a única do gênero no Paraná.

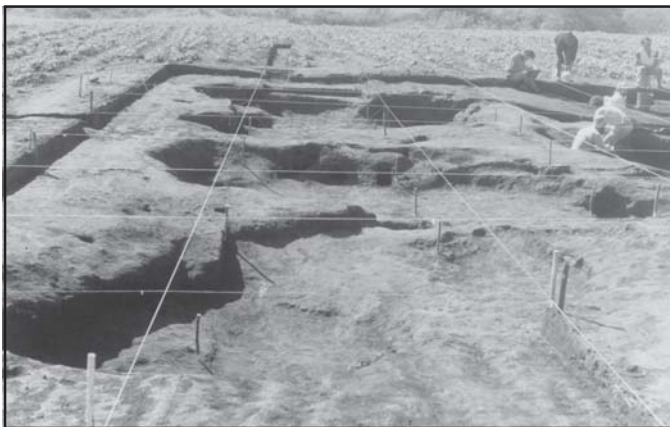
Em 1986-7, a pedido do Museu Paranaense, um projeto foi desenvolvido no espaço tradicionalmente apontado como sede da Vilinha do rio Atuba, o embrião de Curitiba. Os trabalhos realizados, porém, nada revelaram nesse sentido. O tema é polêmico, porque em 1964 havíamos encontrado nas proximidades, mas na margem do rio Bacacheri, indícios de um assentamento que poderia corresponder à Vilinha; na margem do Atuba, porém, a prefeitura municipal acabou

instalando o Parque Histórico de Curitiba.

Em 1988, com a criação da 10ª Coordenadoria do Iphan no Paraná, hoje Superintendência, o CEPA deixou de representá-lo nos assuntos de Arqueologia. Não havendo ato formal que desativasse a representação, nem comunicação verbal sobre o fato, algumas atividades ainda aconteceram nesse período de transição, como as desenvolvidas junto ao Sambaqui do Martiniano, situado na baía de Guaratuba. Esse sítio não havia sido registrado e estava sendo perturbado pela construção de um acesso à sede do late Clube em Tabaquara. Os contatos mantidos com o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná motivaram a mudança do traçado do acesso, desviando-o do Sambaqui.

O CEPA, entretanto, como órgão de pesquisa, continuou colaborando com o Iphan, denunciando atos vandálicos cometidos contra o patrimônio arqueológico ou alertando-o sobre impactos negativos que poderiam advir de empreendimentos desenvolvimentistas ao mesmo patrimônio.

A década de 1990 foi caracterizada pela multiplicação de projetos de salvamento e monitoramentos e pelo início dos estudos de impacto ambiental, planos de manejo e laudos arqueológicos, estes ligados à demarcação de terras indígenas. O PART, ao ser concluído em 1992, reuniu dados referentes a dezenas de sítios das margens paranaenses atingidas pelas UHE's Rosana e Taquaruçu e das extensas escavações nas ruínas da Redução de Santo Inácio Mini; propiciou, também, a localização da Colônia Indígena de Santo Inácio do Paranapanema, fundada em 1862 pelo governo provincial do Paraná.



Habitacões de índios escavadas na redução de Santo Inácio Mini (Projeto Rosana-Taquaruçu, 1990).

Esforços foram despendidos na ocasião para que a CESP adquirisse a porção da área das ruínas da redução não protegida pela Lei nº 33/48 e a doasse ao Estado. Tentou-se solucionar, ainda, os problemas de intrusão na área da redução de Nossa Senhora de Loreto. Os processos instaurados sobre os casos tramitaram lentamente nos órgãos governamentais até se extraviarem no final da década.

Os entendimentos mantidos com a CESP incluíam a criação, no espaço adjacente à Redução de Santo Inácio Mini, um museu convencional, exposição de estruturas habitacionais para visitação e edificações que acomodariam os acervos resultantes das pesquisas do rio Paranapanema. Para a estruturação do projeto de salvamento nas áreas paranaenses das UHE's Canoas I e Canoas II, também no rio Paranapanema, um contrato foi assinado com a CESP em 1992. Este instrumento previa, além daquele projeto, trabalhos nas hidrelétricas projetadas no rio Ribeira, na área a jusante da barragem da UHE Porto Primavera e monitoramento nos reservatórios das hidrelétricas implantadas anteriormente nos rios Paranapanema e Itararé. Conseguiu-se, nesse momento, toda a cartografia da UHE Xavantes, negada pelo empreendedor em 1964. As metas estabelecidas não puderam ser vencidas integralmente devido, outra vez, à falta de definição do empreendedor. Foi possível desenvolver o salvamento nas UHE's Canoas I e II, entre 1993 e 1996, dar um pequeno atendimento na área da projetada UHE Funil, no rio Ribeira e realizar algum monitoramento na área da UHE Rosana.



Escavação no sítio PR-BS-2 (vale do Ribeira), durante o Projeto UHE Tijuco Alto (1994).

No vale do rio Ribeira foram realizados, em 1994, prospecções nos canteiros de obras da projetada UHE Tijuco Alto, da Companhia Brasileira de Alumínio e, em 1995, as pesquisas de salvamento nos mesmos espaços.

Vários projetos de salvamento foram executados, também, na Região Metropolitana de Curitiba; compreenderam o Contorno Rodoviário Leste (1996), as montadoras de automóveis Renault (1996-7), Audi-Volkswagen (1997) e Chrysler (1997), o Loteamento Alphaville Graciosa (2000) e o Contorno Rodoviário Norte (2000).



Forno exposto no sítio MG-83 (vale do Araguari), por ocasião do Projeto UHE Miranda (1996).

Pesquisas de salvamento foram, ainda, realizados na Região do Triângulo Mineiro, para a Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig. O primeiro deles, desenvolvido em 1992 e 1993, compreendeu extensas áreas dos rios Araguari e Quebra Anzol que seriam afetadas pela UHE Nova Ponte. Dispondo-se de pouco tempo, tendo em vista o adiantado estágio de construção da barragem, o espaço foi compartilhado com a equipe de arqueologia da UFMG. O segundo projeto, executado entre 1995 e 1997, abrangeu as margens do rio Araguari impactadas pela UHE Miranda.

Os acervos resultantes foram analisados em Curitiba e, posteriormente, depositados na reserva técnica do museu criado na área da UHE Nova Ponte.

No tocante aos estudos de impacto ambiental, vários foram desenvolvidos na Amazônia; estavam ligados a projetos rodoviários (BR 116, em 1991, e EAP 070, em 1992, no Amapá), hidroviário (Ilha

do Marajó, em 1998, no Pará) e de reflorestamento (Felipe 2, em 1991, e Chamflora, em 1995, no Amapá). Outros enfocaram empreendimentos pretendidos no Paraná, como o da UHE Salto Caxias, no médio rio Iguaçu, em 1992. Em algumas das áreas acima citadas e que foram pesquisadas em ritmo de salvamento, houve abordagem inicial para fins de Eia-Rima.

Os estudos na Amazônia foram desencadeados por um incidente ocorrido durante a audiência pública do documento que fora produzido para a Rodovia BR 116. As referências arqueológicas apresentadas eram secundárias e haviam sido compiladas por engenheiro florestal, um procedimento comum nos anos que se seguiram à promulgação da Resolução nº 001/86 do Conama. Não foi citado um sítio arqueológico conhecido por morador da área da rodovia traçada e que seria por ela afetado. A parte de arqueologia teve de ser complementada, desta vez por arqueólogos.



Retirada de urna funerária durante a realização do plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu (1998).

Em 1999 Furnas Centrais Elétricas S.A. encomendou um projeto para constatação de patrimônio arqueológico ao longo da linha de transmissão de energia que estava implantando entre Ivaiporã (PR) e Itaberá (SP). As prospecções estenderam-se por 272km, durante três meses.

No ano de 2000, aproveitando-se o rebaixamento do reservatório da UHE Itaipu, devido a um longo período de estiagem, realizou-se novo monitoramento na margem exposta. Como o fenômeno climático afetou também a Região Metropolitana de Curitiba, monitoramentos foram realizados na área do reservatório da UHE

Capivari-Cachoeira e do reservatório do Voçoroca, espaços que não haviam sido pesquisados na época das construções. Os resultados dessas observações, somados aos das abordagens feitas em 1964 na UHE Salto Grande, em 1988 na UHE Itaipu e em 1988 e 1990 na UHE Rosana, compreendendo o patrimônio arqueológico submerso durante 2 a 51 anos, geraram o artigo “Monitoramento, uma abordagem complementar ao salvamento arqueológico”, que foi apresentado na 11ª Reunião Científica da Sociedade Brasileira de Arqueologia, no Rio de Janeiro, em 2001 e divulgada em CD Rom do conclave; o mesmo artigo foi republicado em *Arqueologia*, v. 8, 2004. Coincidentemente, em 2003, o Iphan baixou a Portaria nº 28, tornando obrigatório o monitoramento arqueológico nos reservatórios, especialmente naqueles em que levantamentos prévios não haviam sido realizados.

Os trabalhos de salvamento junto ao Contorno Rodoviário Norte de Curitiba, começados no final da década anterior, tiveram continuidade no início desta em espaços limítrofes; foi um acréscimo, em compensação pelos danos causados a sítios pela obra, pois, no estudo de impacto ambiental, produzido por técnico não especializado em arqueologia, atestou-se que eles não existiam.

Em consequência dos dados levantados na linha de transmissão de Furnas, um projeto de salvamento foi estruturado e desenvolvido entre 2001 e 2006.

Salvamentos foram praticados, também, ao longo de rodovias já existentes, algumas pedagiadas, que necessitavam duplicações ou melhorias, como a BR 376 e PR 151, administrados por Rodonorte S.A., em 2001-2 e o Eixo Metropolitano de Curitiba, em construção na antiga BR 116 pela Prefeitura Municipal de Curitiba, em 2003-4 e 2006. Nestas abordagens, o salvamento foi praticado simultaneamente à constatação das evidências arqueológicas.

No espaço da Usina Alto Alegre de Açúcar e Alcool, situado no noroeste do Paraná, o salvamento foi realizado em 2006, imediatamente após a localização dos sítios.

Dois lotes urbanos do Setor Histórico de Curitiba receberam intervenção arqueológica antes de serem impactados por obras. No primeiro deles, escavado em 2003, a Cúria Metropolitana construiu o Cenáculo dos Adoradores, anexo à Igreja da Ordem; no segundo, trabalhado em 2005, a Secretaria de Cultura do Paraná edificou o Centro Juvenil de Artes Plásticas.

Essas intervenções representaram uma conquista conseguida depois de campanha de conscientização desenvolvida junto a órgãos governamentais, às vezes de forma agressiva, com denúncias veiculadas pela mídia e solicitação de embargo de obras ao Iphan.



Escavação de terreno na rua Mateus Leme, em Curitiba (2005).

Esse movimento começou a frutificar em 1998, quando o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – Ippuc – solicitou um estudo sobre critérios gerais e metodologia para avaliação da significância e do potencial arqueológico do município. O estudo, na forma de uma proposta de zoneamento arqueológico foi concluído no ano seguinte (publicado em *Arqueologia*, v. 8, 2004).



Monitoramento arqueológico na Av. Cândido de Abreu, em Curitiba. Na foto: Roseli S. Ceccon, Daniel Maoski (estagiário) e operários da obra (2002).

As valas que estavam sendo abertas no Setor Histórico para instalação de cabos de fibra óptica foram monitoradas por iniciativa do CEPA, em 2000, com a constatação de material arqueológico em vários pontos, e exigindo, em um deles, o embargo da obra para escavações. Em 2002, depois de embargo também, obras da Sanepar, Copel e Telepar, que impactavam ruas e calçadas do Setor Histórico e adjacências, foram monitoradas.

Nos caminhos coloniais do Itupava e Graciosa, entre o planalto curitibano e o litoral, foram desenvolvidas pesquisas que resultaram em planos de manejo, aquele para a Secretaria de Meio Ambiente do Paraná e este para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Paraná.

Aos moldes da constatação de patrimônio arqueológico efetuado na linha de transmissão de Furnas na década passada, prospecções foram realizadas ao longo da linha de transmissão Jauru-Coxipó, no Mato Grosso, em 2002-3, para Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte.

Um estudo de impacto ambiental foi conduzido no Maranhão, em 2001, na área do Centro de Lançamento de Alcântara. A nova tentativa da Companhia Brasileira de Alumínio para a construção da UHE Tijuco Alto no vale do rio Ribeira, levou à produção do segundo Eia-Rima, com prospecções arqueológicas em 2005.

Em São Mateus do Sul, município paranaense situado no médio rio Iguaçu, estudos de impacto ambiental foram conduzidos em 2005, na área de mineração de xisto da Petrobras. Dele resultou um projeto de salvamento que será desenvolvido em 2007.

BALANÇO DA TRAJETÓRIA

A última atividade programada em comemoração do cinquentenário do CEPA/UFPR, consistiu na produção de um mapa do Estado do Paraná e porções limítrofes dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, com a localização dos sítios cadastrados e pesquisados durante a sua existência; incluiu, também, os sítios estudados anteriormente, desde a fundação do Instituto de Pesquisas na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, em 1951, e o surgimento do CEPA, em 1956. Incluiu, ainda, os sambaquis registrados por João José Bigarella na década de 1940, nos quais ocorreram abordagens pelo CEPA.

Os sítios foram indicados conforme o sistema binomial criado durante o Pronapa, que continua sendo utilizado pela Casa. Em algumas das 53 áreas estabelecidas para o cadastro no Paraná, os sítios são

numerosos e relacionam-se aos projetos de salvamento executados; em outras, os sítios representados são poucos o que pode dar a impressão de sua rarefação, mas apenas refletem a carência de pesquisa. No Paraná estão assinalados 1.238 sítios e, nas faixas fronteiriças de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, 105, 5 e 3, respectivamente. É preciso que se esclareça, entretanto, que os totais mencionados referem-se a sítios cadastrados formalmente. Não figuram no mapa os chamados indícios, que correspondem a sítios danificados, com baixo potencial informativo. Deles se têm anotações e coletas, servindo como referências para os estudos.

O registro desse patrimônio, realizado de forma pontual e atrelado às necessidades de cursos de formação a princípio, como já foi dito, tornou-se mais expressivo a partir da década de 1960, com as abordagens de salvamento e a constituição de equipes. Sucedendo as pesquisas pioneiras e solitárias de Loureiro Fernandes, a primeira equipe que se formou com professores locais foi a que acompanhou as escavações de Adam e Elfriede Orsich, em 1952. Dela, somente Oldemar Blasi continuou realizando trabalhos arqueológicos; os demais dedicaram-se a outros campos da antropologia. Entre os participantes dos cursos coordenados por Joseph Emperaire e Annette Laming, Wesley R. Hurt, Luiz de Castro Faria, Peter Paul Hilbert, Fernando Altenfelder Silva, Oldemar Blasi, Clifford Evans e Betty Meggers, prosseguiram atuando no Paraná Margarida Davina Andreatta, Maria José Menezes, José Wilson Rauth e Igor Chmyz. Também beneficiados pelos cursos foram os numerosos alunos oriundos de outros estados que, ao regressarem, além de darem prosseguimento às suas pesquisas, gradativamente criaram equipes.

No meu caso, nas pesquisas que realizava nos primeiros anos da década de 60, não contava com equipe; esta, às vezes, se formava no local de trabalho, quando a ele se associavam professores, alunos ou moradores que valorizavam a arqueologia de seus rincões. Na maioria das vezes, porém, a pesquisa só não era desenvolvida solitariamente porque contava com a colaboração da minha mulher Lygia e do meu filho João Carlos. Este, mais tarde, graduou-se em Geografia e prosseguiu na arqueologia.

A possibilidade da formação de equipe surgiu em 1964, quando assumi função didática na Universidade. Alunos das disciplinas de antropologia e arqueologia interessados passaram a desenvolver atividades de laboratório e campo, iniciando o seu aprendizado. Celso Perota foi um deles, embora, alguns anos depois, filiando-se ao Pronapa, tenha se dedicado à arqueologia do Espírito Santo.

Entre a segunda metade da década de 60 e os primeiros anos

da seguinte, acadêmicos de História e Geografia tiveram a oportunidade de participar de etapas de campo e laboratório do Pronapa e de outros projetos, beneficiando-se de bolsas disponibilizadas ao CEPA pelo Instituto de Pesquisas. Além de Perota, foram bolsistas dessa fase: Vicente Messias dos Santos, Helena Isabel Müller, Maria Lúcia Fleury da Rocha, Kátia Giordano, Gilda Burkinski, Ariete Alice Schmitt, Neusa Maria Cavalcanti de Albuquerque e Zulmara Clara Sauner (Posse). Vicente Messias, acadêmico de Geografia, foi quem me auxiliou na definição das áreas paranaenses, sul-matogrossenses e limítrofes de São Paulo e Santa Catarina para o cadastro de sítios; Zulmara, posteriormente, assumiu função didática na Universidade do Paraná e realizou cursos de mestrado e doutorado em arqueologia. Os demais, dedicaram-se ao magistério no Paraná e em outros estados brasileiros.

Com a consolidação dos projetos de salvamento, que nos seus orçamentos previam bolsas para pesquisadores e estagiários, abriram-se novas oportunidades para a capacitação de graduados e o aprendizado de acadêmicos. A isso se somavam, também, pequenas quotas de bolsas de iniciação e aperfeiçoamento que eram concedidas ao CEPA pelo CNPq. Estas, a partir da década de 90, passaram a integrar o fundo de bolsas da Universidade e, diante dos critérios de prioridades por ela estabelecidos, deixaram de ser solicitadas por interessados em arqueologia. Nessa fase, foram bolsistas: Eliane Maria Romanowski (Sganzerla), Elve Lamb, Miguel Antonio Leoni Gaissler, José Corrêa Porto de Abreu Neto, Vera Regina Biscaia Vianna Baptista, Ivonete da Silva Souza, Elizabeth Dobis, Alcindo R. Moritz Jr., Marina Ribeiro dos Santos, Sônia Giovanetti Fonseca, Antônio César Albuquerque Gerum, José Henrique Godoy Ciguel, Marco Antonio Vidal Nery, Jonas Elias Volcov, Eloi Bora, Ubirajara Salles, Rômulo Antônio Fontoura, Julio Cezar Telles Thomaz, Pedro Rosário Neto, Johnni Langer, Vinicius Bazan Marcondes, Erivan C. Karvat, Anibal Costa de Sousa, Silvana A. de Carvalho, Laércio Loiola Brochier, Luiz Fernando Erig Lima, Rucirene Miguel, Antonio Carlos M. Cavalheiro, Alfredo Cardeal Filho, Aldo Koelher, Osvaldo Dobis, André Essfelder Borges, Luciano Monti Paz, Roseli Santos Ceccon, Beatriz Brito de F. Bandeira, Eduardo Cordeiro Uhlmann, Alan Thomas Tadeski Kato, Daniel Maoski, Leandro Cezar Martins e Jacquelin Rodriguez Tellez.

Não foi difícil lembrar esses nomes; recorri apenas às publicações ou relatórios onde estão creditados.

Quatro desses estagiários permaneceram, participando de todas as atividades do CEPA como pesquisadores associados: Eliane Maria Sganzerla, que começou o seu aprendizado durante o Projeto Arqueológico Itaipu, em 1975, Jonas Elias Volcov, que iniciou a sua

trajetória como aluno do Curso do Rio Passaúna, em 1984, Eloi Bora, que se integrou à equipe do Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu, em 1988 e Roseli Santos Ceccon, que acompanhou os trabalhos de monitoramento na área do reservatório da UHE Itaipu, em 2000.

Outros, orientei, também, os estágios específicos de campo e/ou laboratório de Sílvia Maranca, João Alfredo Rohr, Pedro Ignácio Schmitz, Solange Bezerra Caldarelli, Walter Alves Neves, Alcides Cardoso de Oliveria, Sônia Maria Vitória e Mercedes Okumura.

Algumas modalidades de bolsas e novas disciplinas de arqueologia criadas na Universidade, ainda, estão viabilizando a participação de alunos nas práticas de campo e laboratório, principalmente junto às pesquisas realizadas na Região Metropolitana de Curitiba, de fácil acesso.

Poucos acadêmicos com quem compartilhei semestres ou anos de atividades, porém, conseguiram se dedicar à arqueologia, especialmente aqueles que comigo estagiaram antes do surgimento da Resolução nº 001/86 do Conama. Para eles só havia a possibilidade de acesso em universidades e museus nos quais houvesse uma demanda para tal.¹ Na própria Universidade do Paraná, que no início chegou a ter quatro arqueólogos, hoje só há um. A implantação da pós-graduação no seu Departamento de Antropologia, com ênfase na Antropologia Social, deixou pouco campo para a arqueologia. Nesse contexto, só me coube orientar Alberto Sánchez Paredes, professor da PUC-PR, que, em 1982, participando do Projeto Arqueológico Itaipu, produziu a monografia sobre arqueologia de salvamento, no Curso de Especialização, e o mestrado de Cláudia Inês Parellada, do Museu Paranaense, em 1997. Cláudia trabalhou com os dados que reuniu em suas pesquisas na Villa Rica del Espíritu Santo, inclusive com os que levantamos juntamente com o prof. Blasi, no mesmo local, em 1959 e 1960.

No Setor de Ciências Jurídicas da Universidade, fui co-orientador do mestrado de André Viana da Cruz, que dissertou sobre a proteção jurídica aos bens arqueológicos com identidade indígena.

¹ A Resolução do Conama foi o ato normativo que, prevendo abordagem arqueológica nos estudos de impacto ambiental vinculados a empreendimentos desenvolvimentistas, abriu o campo para o trabalho do arqueólogo autônomo.

Tendo em vista a resolução baixada e, objetivando a criação de uma infraestrutura que possibilitasse o desempenho de arqueólogos autônomos fundei, em princípios de 1988, juntamente com Eliane Maria Sganzerla e João Carlos Gomes Chmyz, a empresa Arqueologia e Etno-História Consultoria S.C. Ltda. A constituição de uma fundação, com os mesmos propósitos, foi pensada anteriormente. A empresa de consultoria teve curta duração porque ao CEPA dedicávamos mais os nossos esforços.

Nesse sentido, minha atuação mais constante tem sido junto a bancas de exame em outras universidades, nas quais antigos estagiários e outros arqueólogos obtiveram grau de mestre ou doutor.

As pesquisas realizadas em todos esses anos reuniram dados de ocupações pretéritas e um volumoso acervo. Na década de 50 e começo da de 60, como se mencionou acima, as práticas laboratoriais e o armazenamento das coleções aconteciam no Museu Paranaense, entidade mantida muito próxima da Universidade pelo prof. Loureiro. Com a restauração do antigo Colégio dos jesuítas de Paranaguá e a implantação do Museu de Arqueologia e Artes Populares, as coleções resultantes dos cursos do CEPA, principalmente as oriundas de sambaquis, lá foram depositadas também nos gigantescos armários de madeira dispostos nos corredores e salas não integrantes do circuito museológico.

No CEPA, instalado em uma sala no 6º andar do Ed. D. Pedro I, não havia, entre 1958 e 1968, espaço para uma reserva técnica. Ali, além da administração, eram mantidos os arquivos e a biblioteca



Conjuntos funerários restaurados e expostos no corredor do CEPA, antes de sua transferência para o MAAP (Foto: Osamu Sato, 1971).

especializada; em um grande armário com gavetas de aço estavam acondicionadas peças arqueológicas para fins didáticos, inclusive originais do Paleolítico europeu. Na mesma sala, porém, logo começaram os trabalhos de restauração de urnas e análises de coleções líticas e cerâmicas procedentes das pesquisas nos vales dos rios Iguaçu, Paranapanema e Itararé. Um pequeno sanitário masculino, situado do lado do CEPA, foi “desapropriado” para acomodar as coleções que seriam marcadas e analisadas, depois da sua higienização na minha casa.

Em consequência das pesquisas feitas no Mato Grosso (do Sul), em 1967, das quais resultou volumoso acervo, inclusive urnas funerárias, a direção da Faculdade de Filosofia



Outras urnas funerárias restauradas e expostas no corredor do CEPA, antes da reforma e ampliação espacial (2005).

obrigou-se a liberar, para o CEPA, instalações ociosas que existiam na cobertura do prédio desde a sua inauguração em 1958. Nos 133m² então disponibilizados, as coleções puderam ser armazenadas com controle topográfico e as análises transcorriam em várias salas. As urnas do Mato Grosso do Sul e de outros pontos do Paraná e São Paulo, restauradas, foram dispostas para visitação, ao longo do extenso corredor interno.

As novas salas do CEPA foram sendo preenchidas com os acervos reunidos nos últimos anos do Pronapa e por outros projetos. A

crise espacial enfrentada adiante, entretanto, não foi em função dessa saturação, mas   instabilidade do CEPA em face à reforma universitária, que ocasionou o seu desalojamento arbitrário em 1975 e, a transferência do acervo arqueológico para o Museu de Paranaguá, que passou a gerenciá-lo.

Como o Projeto Arqueológico Itaipu estivesse em andamento, uma sala da administração do Setor foi destinada emergencialmente para o manuseio das suas coleções; logo depois, duas salas amplas do 8  andar foram cedidas para aquele projeto e outros implantados nas áreas das UHE's Salto Santiago e Foz do Areia. O espaço da cobertura do prédio foi reconquistado em 1985.

Espaço adicional para laboratório e reserva técnica foi criado por João Carlos Gomes Chmyz no Centro Politecnico UFPR, na primeira metade da década de 90, quando desenvolveu, para a Copel, projeto de salvamento na área da UHE Salto Segredo. Para ele foram transferidas, também, as coleções procedentes das áreas das UHE's Rosana e Taquaruç .

As possibilidades de acomodação de novos acervos estavam

esgotadas em 1999, porém, ao serem iniciados os trabalhos de constatação na Linha de Transmissão entre Ivaiporã (PR) e Itaberá (SP), para Furnas Centrais Elétricas S.A. Ao se estruturar o seu projeto de salvamento previu-se, no seu orçamento, a ampliação dos laboratórios e da reserva técnica. Embora as obras de reforma e ampliação tenham transcorrido entre 2005 e 2006, depois da conclusão das atividades laboratoriais, as coleções que estavam armazenadas em vários locais externos, puderam ser convenientemente acomodados nos novos espaços. Foram acrescentados, ainda, ambientes para museu e aulas teóricas e práticas, criando condições para a implantação de pós-graduação em arqueologia.

No exercício da minha função como representante do Iphan por muitos anos, como membro de conselhos ou simplesmente como arqueólogo, dispendi esforços para que sítios fossem preservados. Participando do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria da Cultura do Paraná, propus o tombamento do Sambaqui do Guaraguaçu, em 1982, e das ruínas de Ciudad Real del Guayrá, em 2005; ambos foram efetivados.

Várias iniciativas, entretanto, não chegaram a bom termo. Com referência a Ciudad Real, local de excepcional importância histórica, científica e cultural, apesar do interesse da Prefeitura Municipal de Terra Roxa e o apoio de órgãos estaduais e federais, não se pôde ali implantar um pólo turístico-cultural. A proposta, elaborada por Eco-Paraná em 2002, com base no plano de manejo por nós efetuado em 1999, não foi acolhido pelo Ministério do Turismo, na época capitaneado por paranaense.

Em outro importante sítio arqueológico-histórico, a redução jesuítica de Santo Inácio Mini, parcialmente estudado durante o Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu tentou-se, juntamente com a CESP, regularizar a sua situação fundiária uma vez que apenas parte de sua área encontrava-se protegida pela Lei nº 33/48. O compromisso da CESP, lavrado em ata no dia 14 de julho de 1992, compreendia a aquisição da parte não protegida e edificação de museu com espaços para laboratório e acomodação dos acervos resultantes das pesquisas realizadas no vale do rio Paranapanema. Os entendimentos mantidos com órgãos do Estado do Paraná arrastaram-se por vários anos e com a privatização da CESP, tornaram-se mais difíceis, não se concretizando.

A interrupção das escavações no sítio Tupiguarani existente na faixa residual do extinto Parque Nacional das Sete Quedas, em Guairá, iniciadas para a implantação de projeto de reconstrução de aldeia, representou mais uma decepção. Uma das bases de habitação daquele sítio foi escavada e um artista plástico de Guairá, Antonio

Augusto Sobrinho (Frei Pacífico), chegou a especializar-se na produção de réplicas dos recipientes cerâmicos que integrariam o espaço habitacional reconstruído. O museu ambiental, que ficaria ligado ao Eco-Museu de Itaipu, não sensibilizou as novas diretorias da entidade.

Os dados das pesquisas realizadas desde o início da década de 1960 foram, em parte, divulgados em periódicos do CEPA e de outras instituições. Relatórios técnicos e técnico-científicos também foram produzidos em função dos salvamentos, alguns deles publicados pelos seus promotores. Muito há, ainda, para ser divulgado.

A CONTRIBUIÇÃO DO CEPA PARA A AMPLIAÇÃO DAS METODOLOGIAS ARQUEOLÓGICAS NO PARANÁ

Zulmara Clara Sauner Posse*

Acredito não ter muito a acrescentar além do que já se comentou, mas talvez deva referir sobre uma questão fundamental que orientou minha opção pela arqueologia.

Desde muito jovem preocupava-me com a diversidade humana. Como poderíamos entender a diversidade entre as sociedades, e como explicá-la? Foi com esta perspectiva de tentar entender como as sociedades se tornaram diferentes, que ingressei no curso de História.

O aprendizado até então me mostrava que existira na história humana sociedades muito distintas entre si e que elas hoje ainda existiam. Portanto, no curso de graduação em História eu encontraria a resposta para este problema.

Qual não foi a minha surpresa, quando no ano de 1967, ao iniciar o curso de História, tenho como primeira disciplina Antropologia Biológica, com o prof. Loureiro, e no mesmo semestre, outra disciplina com o prof. Igor, Arqueologia Pré-Histórica.

Entendi imediatamente que não se encontrava na história que encontraria o que procurava. A diversidade humana recuava para um período anterior à história, localizando-se na arqueologia.

Logo a minha motivação para iniciar o trabalho em arqueologia, resultou de uma inquietação pessoal que tentei durante toda a vida acadêmica tornar um problema científico.

O que ocorria no Paraná nesse período em relação à arqueologia? Mme. Annette Laming-Emperaire continuava trabalhando nos sítios arqueológicos do litoral paranaense, mais especificamente nos sambaquis, nos quais a profa. Margarida Andreatta realizava pesquisas. O prof. Igor estava desenvolvendo as pesquisas do Pronapa, em várias regiões do planalto. Apresentava-se então a possibilidade de responder minha inquietação. Tive oportunidade de trabalhar com Margarida Andreatta nos sambaquis, e conhecer a metodologia francesa,

* Professora aposentada do Departamento de Antropologia/UFPR.
E-mail: zulmara@saunerposse.com.br

assim como com o prof. Igor, e conhecer a metodologia americana.

Desse modo, durante a semana freqüentávamos o CEPA, do qual logo me tornei bolsista. Conheci as infundáveis seriações cerâmicas, que trabalhávamos com a bendita regra de cálculo. Um único erro significava perder a seriação com milhares de fragmentos, recomeçando do início. A régua de cálculo era um equipamento moderníssimo na época.

Tal atividade foi um treino fundamental para a impaciência e o disciplinamento metodológico. Ao mesmo tempo, freqüentava nos finais de semana o Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, onde a profa. Margarida analisava o material lítico e ósseo oriundo dos sambaquis do Guaraguaçu e do Toral, utilizando o Guia para Indústria Lítica publicado pelo CEPA em 1967. O guia resultava de treinamentos, cursos e pesquisas que Mme. Annette havia realizado no Paraná sendo organizados e financiados pelo CEPA.

Pude aprender, portanto, simultaneamente e sem conflito, as duas correntes metodológicas que orientaram as pesquisas arqueológicas no Brasil. E não sem razão, com a orientação de pessoas que detinham esses conhecimentos e, portanto podiam me orientar de fato na percepção daquilo que a arqueologia poderia produzir no Brasil.

E foi esse aprendizado, que me levou a conhecer de modo mais íntimo a metodologia implantada pelos Evans com o Método Ford que eles próprios superaram, ao introduzir variáveis e sistemas de explicações não aparentes. Simultaneamente, conheci as grandes teorizações da metodologia francesa, que nesse momento discutia os sistemas e as estruturas analisadas nas decapagens. Ou seja, a percepção da existência de diferentes modos de observar o mesmo fenômeno, me permitiu alargar o entendimento do fenômeno humano. O fenômeno humano se apresenta diverso do mesmo modo que a ciência se apresenta diversa na concepção das metodologias que utiliza para entendê-lo.

Continuei trabalhando com o prof. Igor e a profa. Margarida até prestar concurso para professor na UFPR, em 1971. Na década de 70, o prof. Igor elaborava sua tese de doutorado utilizando material oriundo das pesquisas do Pronapa. Tive a oportunidade de trabalhar com imenso material cerâmico, discutir as dimensões da espacialidade e a representação e a significação da cerâmica no contexto do sítio arqueológico. Acompanhei, portanto, a elaboração de uma tese com os resultados das pesquisas utilizando uma metodologia clara e específica. Simultaneamente, participei da análise do material oriundo dos sambaquis, que serão objeto da tese de Livre-docência da profa. Maria José Menezes.

Duas dimensões tornaram-se fundamentais na minha percepção sobre a arqueologia. Quando trabalhava com o prof. Igor, utilizamos como referência uma indústria produzida exclusivamente por mulheres, isto é, a cerâmica. Quando trabalhava com Margarida e Maria José, usávamos como referência uma indústria produzida exclusivamente por homens, isto é, o lítico. Apresentava-se nesse momento aquilo que na sociedade humana de caçadores, coletores e horticultores, é tida como a estrutura básica das sociedades tribais, ou seja, a divisão sexual do trabalho, representada em duas indústrias, a cerâmica e a lítica. Esta observação me levou a questionar como poderíamos entender a reprodução humana tomando como referência o material que ela produz.

Torna-se claro que a produção material era apenas forma de uma estrutura que se encontrava consubstanciada numa produção não material. Esta produção é a que interessava conhecer, pois era motivadora da produção material. E qual era a concepção dessas sociedades na produção desses instrumentos? Ao mesmo tempo em que isso ocorria, outra questão se colocava no entendimento da produção humana na pré-história do Paraná. A diversidade que se apresentava era difícil de ser entendida a priori, assim como o volume do material coletado impossível de ser explicado. Como explicar a quantidade incomensurável de cerâmica e lítico em sociedades que não produzem excedentes, assim como a enorme diversidade existente entre os muitos sítios pesquisados? Isso significava uma população numerosa para produzir a indústria e a diversidade. Todas estas questões irão resultar numa dissertação de mestrado.

Continuava ainda trabalhando no CEPA e no MAAP com a profa. Margarida, que analisava os esqueletos humanos oriundos do Sambaqui do Guaraguaçu. Suas análises não se limitavam a identificar os esqueletos, mas a entender os sepultamentos, isto é, a intervenção social. Estava se referindo às concepções não materiais da cultura. O CEPA nesse período (1960-70), recebia e destinava verbas para financiamento das pesquisas arqueológicas na UFPR. Mme Annette havia iniciado a pesquisa arqueológica no Sambaqui do Toral 51 no distrito de Alexandra, e as professoras Maria José Menezes e Margarida Andreatta, davam continuidade às pesquisas. Nos meses de férias acadêmicas, participei dos trabalhos de campo junto às referidas professoras, em três etapas (1968, 69, 70). O material arqueológico coletado era levado para o MAAP, onde se desenvolviam as atividades de laboratório. Os sepultamentos no Sambaqui do Toral chamavam atenção pela sua abundância. Rituais funerários, superposição de sepultamentos, orientação diversificada dos esqueletos, presença de sepultamentos infantis, eram muito freqüentes. A indústria lítica,

comparativamente aos sambaquis do litoral já analisados, apresentava-se menos elaborada, disposta em áreas mais definidas, enquanto os fragmentos observavam-se dispersos por todo o sítio, pois trabalhávamos com técnicas de decapagem em área ampla.

Ainda sob a orientação da profa. Margarida, como bolsista do CEPA, participei em 1969 na pesquisa arqueológica no Sítio de Armação, em Santa Catarina, coordenada pelo padre Rohr. A técnica de decapagem também ali empregada revelava mais facilmente os vestígios arqueológicos pois sua composição era basicamente de areia e pouco húmus, diametralmente oposta à do Toral, onde predominavam os resíduos da fauna malacológica e húmus.

Dr. Loureiro se encontrava no MAAP, revendo sepultamentos do Sambaqui de Matinhos e juntamente com as professoras Margarida e Maria José, participava dos trabalhos de laboratório relativos àquele material. Em 1970, o prof. Igor realizou pesquisa de campo nos sítios arqueológicos da região de Ubiratã, no Paraná, cujo material após análise, foi identificado como sendo da tradição Itararé. Esta atividade se apresentava absolutamente diferente das que já participara pois nos sambaquis o sítio encontra-se previamente delimitado. Naquela, a definição da área da pesquisa será dada pelo número de sítios encontrados. Inicialmente, a área se mostrava escassa de resíduos de cerâmica e lítico. E as prospecções pouco revelavam até que alterações nas deposições do solo começaram a indicar a presença de atividade humana não contemporânea.

Um complexo conjunto de vestígios revelou casas subterrâneas e sepultamentos acima do solo, isto é, o oposto do que comumente ocorre, onde as habitações estão acima do solo e os sepultamentos abaixo. Compreendia-se, portanto, a dispersão do material fragmentado pela área e a pequena concentração em torno do sepultamento na sua base. Não havia esqueletos e o ritual funerário incluía cremação que se encontrava sob uma base de sedimentos compactos, coberto por volumoso depósito de terra. A análise em laboratório do material coletado, demonstrou a ampliação da tradição Itararé registrada no Rio Piquiri em 1965.

A partir da perspectiva do sepultamento como indicador da estrutura social, desenvolvi uma pesquisa com material já publicado sobre os sepultamentos nos sambaquis no litoral do Paraná. Em 1973, ocasião em que o CEPA organizou o curso de especialização em arqueologia no Paraná, sob a coordenação científica da Mme. Annette, discuti com a mesma a respeito da população pré-histórica. Mme. Annette colocou-me em contato com os pesquisadores franceses que estudavam o assunto. Vasto material, a propósito, vinha sendo publicado

na Europa Oriental, ao qual só tive acesso por intervenção dos colegas franceses de Mme. Annette, pois publicações do bloco comunista não podiam entrar no Brasil. O prof. Igor, indicou-me um grupo americano que discutia também o assunto.

A Universidade de Berkely com Borah e Cook, desenvolvia pesquisas nos sambaquis da Califórnia, desde 1960, procurando entender a depopulação indígena na América. Utilizavam metodologia quantitativa para trabalhar com projeções.

Informados sobre a pesquisa que desejava desenvolver, enviaram suas publicações e discutiram o projeto. O CEPA foi o órgão institucional que intermediou a troca de publicações.

Utilizei toda essa metodologia americana, baseada em cálculos quantitativos, associada à corrente metodológica francesa no estudo das grandes estruturas para tentar encontrar a população pré-histórica dos sambaquis do litoral paranaense.

Concluída a dissertação de mestrado, procurei estudar as populações pré-históricas do interior usando como referência a cerâmica e a ausência de sepultamentos. Utilizei-me do trabalho realizado pelo prof. Igor e publicado no Pronapa, assim como dos publicados por Margarida Andreatta, Luciana Pallestrini e Sílvia Maranca. Tornava-se evidente que, enquanto a metodologia americana mostrava um mapeamento fantástico com enorme diversidade cultural, a variabilidade e alguns aspectos da estrutura social, a metodologia francesa permitia pontualmente trabalhar com esta estrutura social.

A cerâmica, dada a sua plasticidade, mostrava-se um elemento fundamental na representação dos modelos coletivos dos grupos e permitia analisar inúmeras variáveis da estrutura das sociedades. Encerrado o mestrado e o doutorado, quando desenvolvi basicamente pesquisa de laboratório, voltei a campo em 1989, a convite do prof. Igor, que por intermédio do CEPA desenvolvia o projeto arqueológico na Redução Jesuítica de Santo Inácio Mini. As escavações nessa data, se realizavam na área próxima à igreja e em seu interior. Sepultamentos de adultos em covas em várias profundidades, indicavam os diferentes períodos de ocupação do local. Rituais funerários, associados a um sepultamento adulto, com duas crianças, foram marcados por adornos como missangas, botões de cerâmica, sempre acompanhados de fragmentos das telhas que recobriam a igreja. Distinguiu-se a população indígena da população espanhola pelas práticas rituais, a orientação dos sepultamentos, a localização na área da igreja, a profundidade dos restos antropológicos, entre outras variáveis. Em campo, tanto as técnicas decapagem como os cortes, as prospecções e a amostragem, foram simultaneamente utilizados e se complementaram.

Resultou de todo esse aprendizado com o material arqueológico e as diferentes metodologias, a clareza de que a diversidade cultural ocorre a partir da concepção que cada grupo em um lugar específico possui sobre a natureza circundante e sobre si.

Ela é a grande riqueza dos humanos pois nos mostra quantos milhares de escolhas existem para se reproduzir. Penso na arqueologia como uma ciência do presente que utiliza a produção material para entender a sociedade. Não importa o período a que se refira, está sempre trabalhando com o fenômeno humano, seja na pré-história, ou na história. Ela pode, com certeza, nos ajudar a ser humanos melhores.

Desejo agradecer aos professores aqui presentes, Igor Chmyz e Margarida Andreatta a orientação segura que me dispensaram; embora afastada das atividades de campo por motivo de saúde, é sempre com muito carinho que lembro das pesquisas de que junto participamos, e particularmente agora, quando estamos todos reunidos para as comemorações dos 50 anos do CEPA.

Aliás, comemoração dos primeiros 50 anos do CEPA. Isto porque, em minhas atividades atuais, sempre que necessário o exame de material coletado em face de trabalho desenvolvido como perita, recorro ao CEPA. Logo, minha ligação com o CEPA parece não ter fim, sendo sempre uma fonte segura de conhecimento.

ARQUEOLOGIAS NA BACIA AMAZÔNICA: CONTRIBUIÇÕES DO CEPA/UFPR EM EXPERIÊNCIAS ACADÊMICAS DE MESTRADO E DOUTORADO

Luiz Fernando Erig Lima*

INTRODUÇÃO: O INÍCIO DA TRAJETÓRIA

Posso afirmar que a primeira vez em que ouvi falar do CEPA/UFPR, ou precisamente o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná, era o ano de 1989, quando ainda era um estudante do 1º ano do 2º grau. Até então a única instituição de referência em Arqueologia, a qual conhecia na Cidade de Curitiba era o Museu Paranaense, quando ainda funcionava na Praça Generoso Marques.

Em uma ocasião, ao folhear a Revisão Bibliográfica da Arqueologia Brasileira (Arquivos de História Natural da UFMG), me interessou um artigo da autoria do prof. dr. Igor Chmyz, o qual dizia respeito ao achado de petróglifos no Segundo Planalto Paranaense. A equipe do museu me indicou a localização do CEPA, no 12º andar do Edifício Dom Pedro I da UFPR.

Ao entrar pelo corredor daquela instituição, fiquei impressionado com a coleção de urnas cerâmicas da Tradição Tupiguarani dispostas em uma fileira junto à parede, de modo que na parede oposta havia pequenos quadros contendo artefatos líticos da Tradição Umbu, fotos de sambaquis e restos de tecidos e sabugos de milho incaicos; sem contar com as salas contendo milhares de fragmentos cerâmicos e peças líticas em fase de restauração e análise. Ainda no corredor de acesso externo havia uma coleção de painéis fotográficos da evolução humana.

Da última sala do corredor interno emanava um agradável aroma de fumo de cachimbo. Reclinado sobre uma mesa e analisando vários fragmentos cerâmicos, pela primeira vez vi o prof. Igor. Ao interromper sua concentração, me apresentei e expliquei o motivo da visita. Gentilmente ele me cedeu um exemplar da Revista do CEPA, o qual

* Doutorando no Museu de Arqueologia e Etnologia/USP.
E-mail: lferiglina@yahoo.com.br

continha o artigo que procurava e me apresentou o centro e os trabalhos que ali se desenvolviam. Esta visita se transformou em várias, de modo que comecei a efetuar ali um estágio voluntário.

Naqueles tempos o meu conceito de Arqueologia estava muito centrado em sociedades pré-colombianas andinas ou meso-americanas, embora a pré-história brasileira também atraísse minha atenção. Não sabia eu que o convívio futuro com o CEPA e a Arqueologia de Resgate me despertaria o interesse e valorização de um amplo leque temático de pesquisas, envolvendo desde o período de ocupação do Paleo-índio ao período histórico mais recente.

Assim, nesta minha fase inicial, fui gradativamente aprimorando meus conhecimentos através de bibliografias a mim cedidas, bem como auxiliando no preparo de coleções arqueológicas, permitindo desde cedo me familiarizar com as tradições arqueológicas do território paranaense. Alguns anos passaram, e quando o tempo permitia aproveitava o período de férias escolares para permanecer no CEPA como voluntário, sempre na ansiedade de querer participar de uma atividade de campo.

Por outro lado, a empolgação de iniciante nesta área, me fez esquecer um pouco das responsabilidades escolares, o que me rendeu um ano de reprovação no 1º Científico. Isto contribuiu para a oposição de alguns de meus familiares quanto à Arqueologia como escolha profissional. Havia um misto de preocupação com certo preconceito, ao afirmarem que isto era “profissão para um filho de lorde inglês” ou “no Brasil este trabalho não lhe dará futuro” e que uma carreira de médico certamente me cairia bem. Se este conselho tivesse sido seguido, certamente haveria na família um médico legista dedicado a estudos de Antropologia Física em suas horas de folga.

Felizmente isto não aconteceu, a idéia de seguir um velho sonho falava mais alto, de modo que os anos passaram e não perdi o contato com o CEPA, bem como mantive contato com outras instituições (Museu Paraense Emílio Goeldi; Museu de Arqueologia e Etnologia-USP; Museu do Homem Americano) e seus pesquisadores, os quais esporadicamente me enviavam publicações ou cópias xerox de artigos de suas pesquisas, à medida que eu lhes solicitava.

O SEGUNDO PASSO: A GRADUAÇÃO

No ano de 1993 ingressei no curso de Geologia no Departamento de Ciências da Terra da UFPR. Uma formação em ciências geológicas seria de grande valia, visto que a profissão de

arqueólogo exigiria noções de aspectos geomorfológicos em trabalhos de campo, ou da gênese e deposição dos sedimentos nos sítios arqueológicos, bem como a capacidade de identificar a matéria prima rochosa dos artefatos líticos, sem contar que a Paleontologia era outra área de meu interesse.

A partir do segundo semestre comecei a estagiar de modo regular no CEPA; entre janeiro e fevereiro de 1994, tive o meu “batismo de campo” no Projeto da UHE Canoas I-II, no rio Paranapanema. Vivenciei, então, o que era estar em uma *Pesquisa de Campo*, uma situação totalmente diversa de estar pesquisando em uma biblioteca ou laboratório.

Muitas coisas eram ensinadas na medida do possível. Durante as caminhadas pelas pastagens ou áreas de plantio de soja aprendíamos a avaliar as condições topográficas locais, estimando onde poderiam passar antigas redes de drenagens associadas a antigos acampamentos de caçadores-coletores ou aldeias de grupos ceramistas.

A regra era “estar com olhos bem abertos o tempo todo”, não havia perfil de corte de estrada ou de barranco de rio que não fosse checado ou raspado; no caso de sítios superficiais a preocupação era definir as distribuições de peças arqueológicas no intuito de se detectar diferentes espaços habitacionais. Era ensinado a respeitar e contar com o apoio da população rural local, a qual muitas vezes colaborou conosco fornecendo valiosas informações quanto à existência de sítios arqueológicos. Todo cuidado era pouco ao se caminhar por um terreno recém-semeado; éramos constantemente alertados para não pisarmos nos brotos de soja que estavam germinando.

Enfim, entre erros e acertos, eu e demais colegas de estágio gradativamente ganhávamos experiência, e no final de mais um dia de Sol quente típico no norte do Paraná, tecíamos pensamentos quanto ao nosso futuro e os planos a serem seguidos nesta profissão. Havia muito que caminhar nesta trajetória. Infelizmente, alguns desistiram.

Durante a graduação também estagiei no Museu Paranaense, atuando em projetos de resgate arqueológico no rio Iguaçu, além de pesquisas de Paleontologia no Rio Grande do Sul como monitor desta disciplina. Em 1995, voltei a atuar no CEPA dentro do Projeto da UHE Miranda, tendo as minhas primeiras lições de análise cerâmica com o material da Tradição Aratu-Sapucaí, além das primeiras tentativas de análise de louça histórica e peças metálicas. Neste período, participei de outros projetos na Região Metropolitana de Curitiba até a minha graduação. Neste meio tempo comecei a direcionar o meu interesse para a área de Arqueologia da Amazônia, o que realmente segui durante o mestrado.

A PÓS-GRADUAÇÃO NA BACIA AMAZÔNICA: O MESTRADO

A visão generalista a mim transmitida pelo CEPA, ensinou a valorizar todo e qualquer indício arqueológico, não importando seu horizonte cronológico, fosse este a mais singela ocorrência, um sítio degradado ou muito bem preservado. Este conceito foi o fundamento para o trabalho de campo que seria desenvolvido no mestrado (e no presente momento, no doutorado), logo após minha graduação como geólogo em maio de 1999. Seria uma tarefa que envolveria muita atividade de levantamento exploratório, algo bastante praticado na Arqueologia de Resgate.

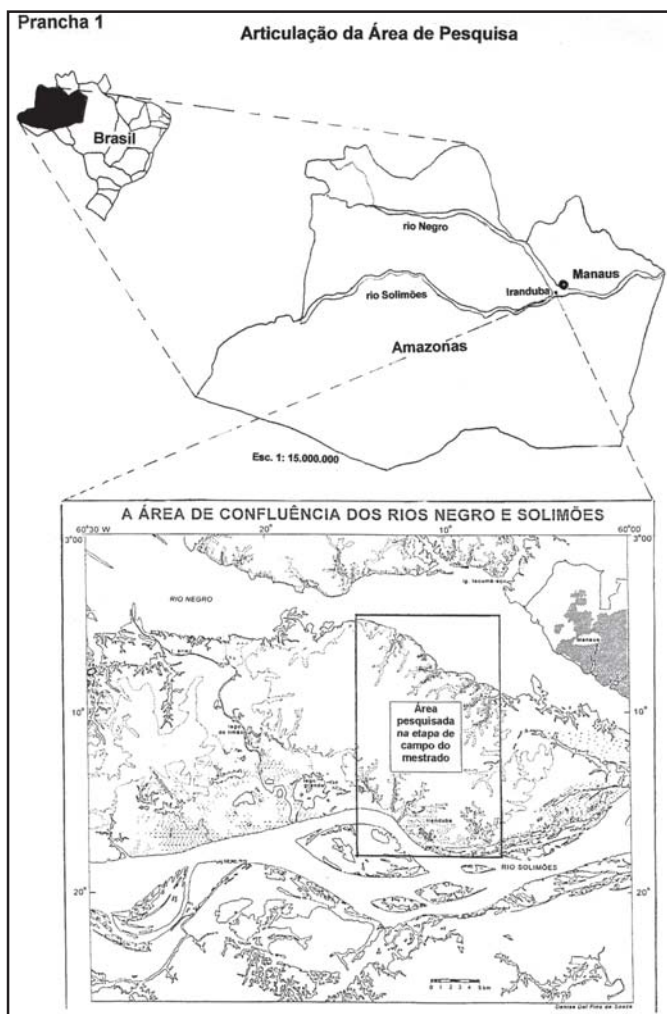
Efetuei o meu mestrado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) entre os anos de 2000 e 2003, contando com a orientação do prof. dr. Eduardo Góes Neves, um dos expoentes na área de Arqueologia Amazônica no Brasil.

Minha dissertação intitulada *Levantamento Arqueológico das Áreas de Interflúvio na Área de Confluência dos Rios Negro e Solimões*, estava vinculada a um grande projeto de pesquisa denominado “Levantamento Arqueológico da Área de Confluência dos Rios Negro e Solimões, AM” ou simplesmente “Projeto Amazônia Central”, localizado na região do município de Iranduba, próximo à cidade de Manaus, Amazonas, conforme mapa abaixo.

As atividades desenvolvidas visaram contribuir para a resolução de dois problemas distintos de pesquisa: um geral e outro específico. O primeiro problema dizia respeito ao teste da aplicabilidade de modelos de adaptação humana na arqueologia amazônica, particularmente no que se referia à possibilidade de ocorrência de sítios arqueológicos de grandes dimensões na área de interflúvio. O segundo problema estaria ligado à definição de uma tipologia de sítios arqueológicos presentes na área de pesquisa.

Considerando que a área em estudo possuía um quadro de pesquisa ainda preliminar, limitado a locais ribeirinhos, a pesquisa proposta possibilitaria que tal quadro fosse estendido para os ambientes de interflúvio. Considerando, ainda, que na área de estudo havia poucos setores com cobertura vegetal intensa, devido à atividade antrópica local representada por pastagens e campos de cultivo, a logística de campo seria bem mais fácil do que em outras partes da Amazônia, onde a cobertura vegetal dos sítios é predominante. Tais condições facilitariam por um lado o acesso aos locais de levantamento e a própria identificação dos sítios arqueológicos, já que pelo menos os depósitos superficiais teriam sua visibilidade aumentada devido ao desmatamento. O trabalho possibilitaria, desse modo, um teste inicial dos modelos

revistos para o ambiente de terra firme, algo ainda não sistematicamente realizado devido às dificuldades logísticas relacionadas às pesquisas em áreas de interflúvio na Amazônia. Se fosse bem sucedido, ele traria uma contribuição original à arqueologia da região.



Tendo em vista o fato de que eram áreas ecologicamente mais degradadas, hoje vejo que o levantamento efetuado, embora de caráter oportunístico, serviu também para o registro de sítios que já se encontravam em adiantado processo destrutivo, em alguns casos por lavras de areia ou agricultura intensiva. Acredito que dentro de poucos

anos não apresentarão qualquer vestígio material de sua existência (se já não ocorreu), visto que essas atividades econômicas ainda operam na região.

A pesquisa resultou no achado de 18 sítios (alguns de grandes dimensões) e 10 ocorrências arqueológicas (peças arqueológicas encontradas de forma isolada, não associadas a um contexto arqueológico) no ambiente de interflúvio ou terra firme; e de 16 sítios e 3 ocorrências arqueológicas no ambiente de várzea, resultando em uma distribuição aproximada de 1,9 sítios/Km², indicando intensa ocupação da paisagem em época pré-colonial e histórica.

Antes deste levantamento, o recuo cronológico dos achados arqueológicos na área do médio rio Negro efetuados pelo PAC ou quaisquer pesquisas anteriores não superavam em antigüidade o Séc. III a. C. Pela primeira vez na região, vestígios de populações pré-ceramistas, com horizonte cultural caçador-coletor ou agricultor incipiente, de idade mais recuada que as ocupações ceramistas, foram localizadas na terra firme (sítios AM-IR-30: Areal do Guedes e AM-IR-32: Dona Stella) e na várzea (sítio AM-IR-37: Cachoeira do Castanho e ocorrência V-2) ao julgar pela tipologia dos artefatos líticos recuperados: peças plano-convexas, bifaciais, pontas de projéteis e numerosas lascas e estilhas de retoque, cujas formas lembram as indústrias líticas do Arcaico do Brasil Central, bem como algumas indústrias líticas pré-ceramistas da Venezuela e Panamá. Mas qualquer correlação entre essas indústrias com as do médio rio Negro é apenas hipotética, ou seja, uma idéia que deverá ser corroborada com um número maior de dados dentro de um minucioso e cauteloso processo de investigação.

Três amostras de carvões do sítio AM-IR-32: Dona Stella, foram enviadas ao dr. Darden Hood, diretor do laboratório Beta Analytic, Miami (EUA), para que fossem efetuadas análises de C-14, cujas datas atingiram 5240±40 AP, 7650±50 AP e 7700±50 AP, respectivamente.

Os demais sítios encontrados associavam-se a grupos ceramistas que passaram a ocupar posteriormente a região, a princípio pela Fase Manacapuru (Tradição Borda Incisa ou Barrancóide) do séc. III a. C.- séc. X d. C., seguida pela Fase Paredão (Tradição Incisa-Ponteadada, embora a tendência dos trabalhos mais recentes é considerá-la como uma fase flutuante ou independente) dos sécs. VIII-X d. C. e mais tarde pela Sub-Tradição Guarita (Tradição Policroma Amazônica) nos Sécs. X-XVI d. C., além de grupos indígenas etno-históricos e luso-afro-brasileiros em período histórico.

Enfim, a realização deste trabalho apontou que a ocupação humana no ambiente amazônico de terra firme seria tão intensa quanto a do ambiente de várzea. Embora não apresentasse sítios de grandes

dimensões, a pluralidade de pequenos assentamentos poderia corresponder às aldeias satélites vinculadas aos grandes assentamentos de várzea, indicando a possibilidade de existência de sociedades indígenas hierarquizadas, talvez sobre o regime de cacicados, as quais procuravam manter o controle dos recursos ecológicos dos ambientes de várzea e de terra firme. Isto nos faz refletir, se os conceitos pregados pelo determinismo ambiental ao ambiente de interflúvio amazônico são realmente válidos. Pela tipologia dos sítios levantados, a região estudada é rica e variada: além dos sítios pré-ceramistas e os aspectos levantados de suas indústrias líticas de idade recuada, os sítios ceramistas forneceram informações interessantes, além de fartos dados de análise lítica e cerâmica. Entre estas, cito: a constatação de decoração marcada com corda na cerâmica Manacapuru, a descoberta de um piso de habitação da Sub-Tradição Guarita, sítios com possível função de armazenagem de alimentos, ao julgar pela presença de pães-de-índio (uma temática de pesquisa importante de ser seguida), além de sítios históricos na várzea associados aos ciclos econômicos das drogas do sertão e/ou da borracha, ou a fazendas ou mocambos/quilombos.

Isto resume a importância de que outros projetos temáticos de pesquisa devem ser desenvolvidos nesta região, bem como na Amazônia como um todo, por exemplo: nos pântanos de várzea, cujos ambientes redutores fornecem condições propícias para a conservação de matéria orgânica, podendo fornecer dados importantes de palinologia, ou para atividades de prospecção subaquática, onde seria possível localizar vestígios de antigos artefatos de madeira pré-coloniais ou históricos (restos de embarcações, remos, arpões de pesca, estruturas de armadilhas pesqueiras, etc...).

Uma vez que a área de interflúvio pesquisada ocorre na confluência de dois grandes rios (Negro e Solimões), é importante que este tipo de pesquisa exploratória seja testado em outras áreas geograficamente distintas da Amazônia: não apenas com o objetivo de verificar se os padrões de assentamento humano em ambientes de interflúvio seguem ou não o modelo defendido neste trabalho, mas também de conhecer a arqueologia de áreas não estudadas.

A pluralidade de nichos ecológicos na Amazônia é tão variada que do Pleistoceno ao Holoceno, pode ter englobado múltiplos modelos adaptativos humanos, além daqueles já conhecidos e consagrados em bibliografia pertinente.

Considerando suas dimensões continentais, pode se afirmar que a Amazônia ainda fornecerá muitas surpresas no campo da arqueologia, na medida em que se intensifiquem as pesquisas no futuro,

pois todo o conjunto de estudos ali efetuados do final do Séc. XIX aos dias de hoje é apenas a ponta de um *iceberg*, cuja maior parte submersa estará sempre à espera de quem se disponha a trazê-la à luz da pesquisa científica.

O epílogo deste mestrado resultou em um convite efetuado pela Universidade Nacional da Colômbia, onde participei do Simpósio Internacional *Pueblos y Paisajes Antiguos em la Selva Tropical Amazônica*, no âmbito do III Congresso da Arqueologia na Colômbia promovido pela Universidade Del Cauca, na cidade de Popayán em dezembro de 2004, apresentando um resumo de meu trabalho.¹

A PÓS-GRADUAÇÃO NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE: O DOUTORADO

A Amazônia Central tinha atraído meu interesse, principalmente no que concernia à idéia de um início e continuidade de uma carreira acadêmica em alguma universidade amazonense. Por outro lado, as oportunidades a mim oferecidas me levaram para a Amazônia Ocidental e lá encontrei uma temática de pesquisa tão interessante que decidi abarcá-la no Doutorado.

Ao defender o mestrado em dezembro de 2003, permaneci na Cidade de São Paulo participando de vários projetos de arqueologia de resgate junto à empresa Zanettini Arqueologia. Um desses projetos, conhecido com *Projeto Fronteira Ocidental* vem sendo desenvolvido sob a coordenação geral do arqueólogo dr. Paulo Eduardo Zanettini, com verbas da Lei de Incentivo à Cultura do Mato Grosso, constituindo um dos projetos prioritários da Secretaria de Estado de Cultura do MT, objetivando a identificação, registro e preservação dos bens culturais para fins científicos e uso público.

No que tange à ocupação indígena pré-colonial e etno-histórica desta região, pude contar ali com uma série de dados levantados durante a fase exploratória, de uma investigação de longo prazo ainda em curso no vale do Alto/Médio Guaporé, precisamente no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso.²

¹ LIMA, Luiz F. E. Investigações arqueológicas nas áreas de interflúvio entre os rios Negro e Solimões, Amazônia Central, Brasil. In: RIOS, G. M.; CAMARGO, S.M.; CALVO, C. F. **Pueblos e paisajes antiguos de la selva amazônica**; Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia; Washington D.C.: Taraxacum. p. 211-235. 2006.

² LIMA, Luiz F. E. Arqueologia pré-colonial do Município de Bela Vista da Santíssima Trindade, Mato Grosso. In: **Anais 13º Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Campo Grande: Ed. Oeste – CD-Rom. 2005.

Seguindo o incentivo do dr. Paulo Zanettini, abracei o tema, o qual no momento está sendo aprimorado em uma tese de Doutorado no MAE-USP sob a orientação da profa. dra. Marisa Afonso Coutinho.

Os estudos arqueológicos devotados ao passado pré-colonial para a região apontam para um passado riquíssimo e complexo, mesmo que os trabalhos venham sendo conduzidos rumo aos estudos de sítios arqueológicos isolados. Os levantamentos regionais até agora disponíveis são restritos a pequenas áreas, fornecendo um quadro ainda incipiente, porém, extremamente estimulante de investigação.

A área de pesquisa engloba principalmente o município de Vila Bela da Santíssima Trindade localizado na Mesorregião Homogênea Sudoeste Mato-grossense, Microrregião do Alto Guaporé; na altura das coordenadas 15° 00' 28" latitude sul e 59° 57' 06", distanciada cerca de 521 km de Cuiabá. Apresenta uma extensão territorial de 12.179,43 km² e mantém limite a N e E com os municípios de Comodoro, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda e Porto Esperidião; a W e S mantém fronteira com o território boliviano. Como principal via de acesso conta com a BR-174 e uma série de estradas vicinais.



A hidrografia é predominantemente sistematizada pela Bacia Amazônica, e o Guaporé como o principal rio da região, além de seus afluentes: os rios Galera, Sararé e Barbado com suas micro-bacias

associadas. Quanto a Serra da Borda (também englobada no levantamento), esta é entrecortada por uma rede de drenagem de padrão dendrítico, representada pelos córregos Areia, Cabeceiras, Longa Vira (ou Longa Vida), Água Suja e Banhado, este último contributário do rio Galera.

Considerando a posição geográfica do município Vila Bela da Santíssima Trindade no Alto/Médio Guaporé, é possível afirmar que este poderia ter sido um centro de passagem e/ou convergência de múltiplas populações indígenas desde o final do Pleistoceno aos tempos modernos. Por ali migraram ou se instalaram grupos oriundos da Amazônia Central, Planalto Central Brasileiro ou da área sub-Andina da Bolívia, entre outras bacias hidrográficas circunvizinhas (e.g. Bacia Pantaneira). Informações inéditas poderão surgir à medida que as pesquisas arqueológicas sejam intensificadas na região, no decorrer das próximas etapas de pesquisa de campo.

PERSPECTIVAS

Observando a trajetória por mim efetuada, através de minha formação inicial no CEPA, os trabalhos com o Projeto Fronteira Ocidental e demais trabalhos desenvolvidos com a Zanettini Arqueologia pude ter algumas expectativas quanto ao futuro da Arqueologia no Brasil, visto que alguns progressos têm tomado lugar no teatro de ações de divulgação, educação patrimonial e interação com a população local nas áreas de pesquisas acometidas por projetos de resgate arqueológico.

Há uma preocupação crescente em se montar exposições nas prefeituras ou escolas locais, com divulgação através da distribuição de panfletos, convites às escolas para que visitem as escavações, bem como a divulgação em meios de comunicação de rádio e televisão. Isto tem resultado em efeitos positivos, pois sempre há algum estudante que se apaixona pelo trabalho divulgado e acaba estagiando temporariamente nas atividades de higienização, marcação e triagem de peças arqueológicas. Frequentemente membros da população local trazem informações ou peças arqueológicas encontradas em suas propriedades, o que demonstra que, lentamente há um processo de conscientização no que diz respeito à participação da comunidade em relação à preservação dos bens arqueológicos locais.

Outro dia fiquei surpreso ao folhear um livro escolar de História do Brasil, onde o capítulo inicial era sobre Pré-História Brasileira. Pelo que me lembro, no meu tempo de primário o máximo que se ensinava

eram alguns aspectos genéricos e breves da cultura indígena brasileira.

É um momento positivo para a nossa profissão; a divulgação de pesquisas e achados arqueológicos nunca esteve tão forte na televisão ou na imprensa. A cada ano vem aumentando a produção acadêmica de Dissertações e Teses, de modo que algumas áreas carentes de pesquisas (as quais continham apenas “encraves arqueológicos”) passaram a apresentar um contexto de ocupação regional mais completo (e.g. o Pantanal, a Amazônia Central ou os Estados de Goiás e Tocantins). Outro ponto é o aumento do número de candidatos dispostos a ingressarem nos cursos de pós-graduação em São Paulo ou Pernambuco. Recentemente foram criados cursos em Sergipe e Goiás.

No âmbito da arqueologia voltada ao meio empresarial, as exigências ambientais e patrimoniais do poder público estão cada vez mais fortes sobre os empreendimentos construtivos (e.g. a Portaria N^o 230 do IPHAN, de 17-12-02), não importando mais as dimensões das áreas permanentemente afetadas. Em algumas situações, empresários têm demonstrado uma preocupação com a questão patrimonial, mesmo que o licenciamento envolvesse um pequeno loteamento intensamente terraplenado e urbanizado, sem a menor possibilidade de conter um vestígio arqueológico.

Apesar dos progressos acima citados serem uma injeção de ânimo, há alguns obstáculos a serem superados: descasos ainda ocorrem na questão de preservação do nosso patrimônio arqueológico, principalmente em áreas de expansão mineradora, agrícola ou imobiliária clandestina, cujos empreendimentos atuam livremente sem o mínimo acompanhamento arqueológico. Comumente este fato ocorre em regiões distanciadas dos grandes centros urbanos, onde os acessos à comunicação são difíceis, não podendo o poder público efetuar uma fiscalização adequada em muitas situações, restando então ao arqueólogo no Brasil mais um desafio a ser superado de modo alternativo/criativo em suas frentes de pesquisas.

ARQUEOLOGIA NO MUSEU PARANAENSE: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS DE UMA PESQUISADORA ENTRE 1984 E 2006

Claudia Inês Parellada*

INTRODUÇÃO OU COMO NASCEU UMA ARQUEÓLOGA?

As trajetórias individuais, com experiências únicas e diferenciadas, trazem pistas para a compreensão de como os objetos de pesquisa foram e são selecionados e analisados por cada um dos cientistas da arqueologia brasileira. Minha vivência nos laboratórios do Museu Paranaense e do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná (CEPA-UFPR), conjuntamente a formação dos cursos de graduação e pós-graduação, ampliou-me a dimensão do estudo da cultura material associando tanto as atividades educativas como às de conservação e gerenciamento do patrimônio arqueológico no Paraná.

Nasci em família de múltipla composição étnica, espanhóis em meio a portugueses, italianos e indígenas, e sempre ansiosa para entender o mundo, desde muito pequena lembro-me da pergunta, repetida a exaustão para todos os parentes, “-Por que?”. Meus pais, Lázaro e Mirian Parellada, sempre muito presentes, insistiram e provocaram as quatro filhas na busca de conhecimentos; em casa a leitura era corriqueira, e as viagens, piqueniques e caminhadas, pelas diferentes cidades que moramos, também eram freqüentes.

Em 1974, aos oito anos de idade, depois de assistir com entusiasmo muitos desenhos com temática relacionada a arqueologia e um seriado que enfocava um túnel de tempo que transportava as pessoas pelas mais diferentes épocas, decidi, ao ler uma placa sobre as pesquisas arqueológicas no sambaqui Enseada, em Santa Catarina, que seria arqueóloga. O trabalho de resgate do passado seria uma chave de entendimento para parte das respostas que sempre busquei através daqueles porquês, e que, mesmo passado o tempo, continuo a repeti-los.

* Doutora, Arqueóloga do Museu Paranaense da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.
E-mail: parelladaclau@ig.com.br

Em 1982, possuía dezesseis anos e faria vestibular no final daquele ano, sofri um grave acidente automobilístico e tive a oportunidade de fazer uma grande reflexão sobre a minha vida e como deveria tentar direcionar o futuro, já que havia conseguido sobreviver. As lembranças da infância voltaram com muita força e optei por fazer o curso de Geologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR), que acreditei ser um elo de aproximação com a arqueologia.

Em julho de 1984, já no segundo ano de Geologia, participei de um intercâmbio cultural, parceria da UFPR com a Wright State University, em Ohio, Estados Unidos, e lá, depois da visita a inúmeras instituições como o *Smithsonian* e o *Natural History Museum*, percebi como haveria possibilidade de concretizar o meu velho sonho de ser arqueóloga. Chegando ao Brasil busquei, através de indicações de amigos da Geologia, como Sílvia Rosler e José Ciguel, o departamento de Arqueologia do Museu Paranaense, e conversando com o professor Oldemar Blasi e o diretor da instituição, na época, Miguel Gaissler, iniciei o estágio voluntário em agosto de 1984. O Museu Paranaense foi criado em 1876, sendo a terceira instituição museológica mais antiga no país, e atualmente é órgão da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (SEEC-PR).

A prima-avó de minha mãe, Haydée Bastos, que cursou especialização em arqueologia na Universidade do Paraná, relatou, em 1985, para minha surpresa, que meu bisavô materno, Constante Piccinelli, era arqueólogo, tendo emigrado de Milão, Itália, para São Paulo, e desenvolvido pesquisas, juntamente com padres, no interior do Paraná (na Lapa conheceu minha bisavó, filha do dono da hospedaria) e Santa Catarina; assim meu avô materno nasceu em Laguna, área repleta de sambaquis. Meu tio paterno, Luís Parellada, médico formado na Espanha, por lá participava de grupo de arqueologia amadora; também este fato soube só depois de haver entrado no Museu Paranaense. Existia um interesse em arqueologia dos dois lados da família, então, sem saber, continuei essa tradição.

MUSEU PARANAENSE: OS PRIMEIROS TRABALHOS NO DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA

Em 1984, havia outras estagiárias na, então, seção de Arqueologia do museu, que cursavam História na UFPR, e tinham sido alunas do prof. dr. Igor Chmyz, como a atual historiadora Walderez Berezowski, e que comentavam sobre a existência do CEPA. O prof. Oldemar Blasi, aposentado do museu mas que permanecia responsável

pela Arqueologia, nessa época estava envolvido com o inventário de Vladimir Kozák e ficava pouco tempo dentro dos laboratórios da Arqueologia. Assim, o contato maior nesse período foi com a equipe de estagiários, que relatava suas experiências dentro da seção.

Existia uma pequena biblioteca na seção de Arqueologia, e desde março de 1985, quando comecei um estágio remunerado no Museu Paranaense, tive a oportunidade de ler uma boa parte dos livros e periódicos específicos sobre arqueologia. Alguns dias na semana aparecia outro estagiário, o agora geógrafo Almir Pontes Filho, também contratado da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, o qual participava, conjuntamente com o prof. Blasi e comigo, de várias atividades de campo. Entre algumas delas estão as prospecções, sob a orientação do prof. Blasi, em estruturas subterrâneas no município paranaense de Contenda, no bairro Alto Boqueirão em Curitiba, junto à área da segunda fundação da cidade colonial espanhola de Villa Rica del Espiritu Santo (1589-1632), nas ruínas em alvenaria de pedra de pouso de tropeiros no Rodeio do Alho, município paranaense de Piraí do Sul, em sambaquis de Guaraqueçaba, entre outros.

O interesse pela espeleologia, relacionada ao estudo e exploração de cavernas, e a convivência com alunos da Geografia da UFPR, como Almir Pontes Filho e Darci Zakrzewski, fez com que eu participasse intensamente da fundação e estruturação da organização não governamental Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná-Açungui (GEEP-Açungui), entre 1986 e 1988, inclusive exercendo o cargo de presidente da instituição. Lutávamos para tentar preservar cavernas paranaenses, pois muitas já tinham sido destruídas, inclusive com vestígios arqueológicos, e nem fotos mais restavam. Contávamos com o auxílio do Ministério Público Estadual, e alguns mineradores, principalmente de calcário, possuíam uma relação difícil com a ong, pois algumas áreas de lavra foram suspensas (Parellada, 1988). Em 1988, acabei indicada para coordenar a Comissão de Cadastro e Espeleometria da Sociedade Brasileira de Espeleologia e da Federação Espeleológica da América Latina e do Caribe, cargo voluntário, para elaborar, junto com uma equipe de espeleólogos, normas e diretrizes para cadastro e definições terminológicas no mapeamento de cavernas e abrigos; em 1995 os diferentes projetos arqueológicos absorviam praticamente todo o tempo disponível, e abdiquei desta função.

Obtive bolsa de iniciação científica do Conselho Nacional de Pesquisas, em 1987, com orientação do prof. dr. João Bigarella e do prof. Blasi, para desenvolver o projeto de levantamento e análise geoarqueológica do Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, localizado em Fênix, Paraná, e que tem em seu interior as ruínas de

Villa Rica del Espiritu Santo (1589-1632); observar Parellada (1990a).

Em julho de 1985 participei junto com a curitibana, na época estudante de arqueologia da Faculdade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, Maria Fernanda Campelo Maranhão, de aula de campo do prof. dr. Igor Chmyz no Sambaqui do Toral, em Alexandra, Paranaçu. Foi meu primeiro contato com o diretor do CEPA. Fernanda Maranhão trabalhou de 1987 a 1990 na seção de Arqueologia do Museu Paranaense e em 1990 pediu transferência para ser a pesquisadora responsável pela seção de Etnologia do mesmo museu, pois queria se dedicar exclusivamente a temas antropológicos, e já atuou e/ou vem desenvolvendo pesquisas relativas à etnologia indígena, à antropologia urbana, à cultura popular, e à história da antropologia no Paraná.

Em 1989, foi realizado o projeto “Caracterização de sambaquis através de análise ambiental e fotointerpretativa na Baía de Guaraqueçaba, Paraná”, com parceria entre o Museu Paranaense e o CONCITEC-PR, e orientação do arqueólogo dr. Pedro Ignácio Schmitz, do Instituto Anchieta de Pesquisas, de São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Este projeto originou várias publicações, tais como: Parellada (1989); Parellada & Macedo (1989a, b, 1990); Parellada, Colla & Santa Cruz (1992); Parellada & Gottardi Neto (1993, 1994) e Parellada, Barbosa & Pereira (1996).

Em 1990, tornei-me a pesquisadora responsável pelo agora Setor de Arqueologia do Museu Paranaense, pois tinha sido contratada como funcionária da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, para atuar como pesquisadora daquele setor do museu, em abril de 1988. A contratação ocorreu devido às descobertas no sítio arqueológico Tupiguarani Estádio de Sengés (Parellada 1990b, 1993a). Ainda em 1990, com a continuidade do Projeto Sengés caracterizaram-se mais cinco sítios com pinturas: abrigos da Janela e Lageado Grande I, II e III, no município de Sengés, e abrigo do Mariano, em Jaguariaíva (Parellada 2003c, 2005). Em 1993, cadastrou-se o abrigo Ponte do rio Cajuru, em Jaguariaíva, onde havia pinturas rupestres geométricas.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

As fases de maior aproximação desta pesquisadora com o CEPA/UFPR foram durante o desenvolvimento da monografia do Curso de Especialização em Antropologia Social na UFPR, apresentada em 1991, e da dissertação de mestrado também em Antropologia Social na UFPR, defendida em 1997, as duas sob orientação do prof. dr. Igor Chmyz.

Tanto na monografia como na dissertação o objeto de estudo foi a segunda fundação da cidade colonial espanhola de Villa Rica del Espíritu Santo (1589-1632), localizada no Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, no município paranaense de Fênix. Em cada uma delas analisaram-se diversos aspectos relativos à ocupação espanhola na Província del Guairá, tais como a malha urbana de Villa Rica, os diferentes materiais arqueológicos recuperados em escavações realizadas entre 1950 e 1995, o imaginário popular em relação ao patrimônio histórico e arqueológico, além da implantação de museu arqueológico no Parque Estadual, e que resultaram nas publicações da arqueóloga do Museu Paranaense: Claudia Parellada (1993b, 1995, 1997a,b, 1998, 2000, 2003a, b).

Os laboratórios do CEPA/UFPR foram usados durante a análise de parte dos materiais cerâmicos recuperados em Villa Rica (1589-1632), e cujo acervo está sob guarda do Museu Paranaense.

No doutorado em Arqueologia na Universidade de São Paulo, desenvolvido entre 2000 e 2005 sob orientação da profa. dra. Maria Cristina M. Scatamacchia, o tema foi o resgate arqueológico do Gasoduto Bolívia-Brasil e na tese analisou-se a distribuição e implantação de sítios arqueológicos ao longo do traçado entre os municípios paranaenses de Campo Largo e Dr. Ulysses. Foram estudados os vestígios recuperados, inclusive as pinturas rupestres de um abrigo granítico, dado inédito na região, identificado nas prospecções de campo, além da discussão e análise da arqueologia musealizada no Paraná e apontadas medidas para a conservação do patrimônio arqueológico das áreas atingidas pelo empreendimento (Parellada 2005, 2006). O prof. dr. Igor Chmyz, diretor do CEPA, foi um dos integrantes da banca de doutorado, que ocorreu em março de 2007.

MUSEU PARANAENSE: O DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS ENTRE 1876 E 2006

O Museu Paranaense foi criado em 1876, com um acervo muito eclético. A entrada de materiais arqueológicos deu-se, inicialmente, através de doações esporádicas por populares, que encontravam ossos na abertura de estradas e na construção e reforma de edificações, ou em objetos recolhidos para serem mostrados nas exposições antropológicas do final do século XIX.

Em 1936, com a nomeação do médico Loureiro Fernandes como diretor do Museu Paranaense, houve a criação de departamentos técnicos com novos pesquisadores, que possibilitaram uma mudança

no tratamento do acervo. A partir de 1938 aconteceu uma significativa ampliação das coleções através do financiamento de pesquisas em vários sítios arqueológicos do litoral e interior do Paraná, muitos em parceria com o CEPA/UFPR (Chmyz, 2000). Afinal, o Museu Paranaense, entre 1950 e 1965, recebia parte do material arqueológico recuperado em atividades de campo de vários cursos intensivos realizados no Paraná, com arqueólogos brasileiros e estrangeiros.

Entre 1966 e 1986, houve a incorporação de vestígios arqueológicos recuperados em áreas que sofriam o impacto de novas fronteiras agrícolas e de pastagem, em locais mais isolados do Paraná, além de doações esporádicas.

Desde 1987 o Museu Paranaense vem realizando vários projetos arqueológicos, que propiciaram a entrada de um maior número de profissionais especializados, com a conseqüente ampliação dos estudos multidisciplinares. Em 1990, o acervo esquelético humano praticamente dobrou, em número e volume, com a doação de vestígios recuperados pelo arqueólogo José Wilson Rauth, em sambaquis do litoral paranaense (Parellada & Gottardi Neto, 1993, 1994; Parellada, 2006).

Entre 1990 e 2006 foram desenvolvidos vários projetos do departamento de arqueologia do Museu Paranaense, com ampla temática: geoarqueologia, resgate, sensoriamento remoto, arqueologia da paisagem, arte rupestre, arqueologia histórica, tecnologia cerâmica e lítica, etnoarqueologia, arqueologia experimental, antropologia visual, arte e artesanato indígena, imaginário popular e musealização de manifestações populares paranaenses.

Um exemplo de projeto foi o Cavernas de Morro Azul, executado de 1992 a 1993 no município de Ventania, que objetivava o estudo do sítio com maior número de pinturas rupestres no Paraná e a caracterização do patrimônio arqueológico daquela região (Gottardi Neto, 1995).

Nos Campos Gerais, em 1999, Melo e Parellada orientaram a monografia de Alessandro Silva (1999), sobre o abrigo Usina São Jorge, em Ponta Grossa, que possui muitas pinturas, como figuras de animais, cervídeos e aves, além de poucas representações geométricas, algumas danificadas por vandalismo (Silva et al. 2007). Em 2002, esta arqueóloga orientou a monografia de Lima e Justo (2002), da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sobre aspectos pré-coloniais e históricos do vale do Iapó.

O maior número de projetos desenvolvidos esteve relacionado a arqueologia de resgate, sempre em áreas do Paraná, tanto o diagnóstico do patrimônio arqueológico para estudos e relatórios de

impacto ambiental como a implantação de programas básicos ambientais. Como exemplos têm-se os resgates arqueológicos na Usina Hidrelétrica (UHE) Salto Caxias (1995-2001), nas Linhas de Transmissão em 525kV entre a UHE Salto Caxias e a Subestação Cascavel (2000), na Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Salto Natal (2001-2002), nas Linhas de Transmissão entre Bateias e Jaguariaíva (2003-2004), nas UHE's Santa Clara e Fundão (2002-2004) e parcialmente na Barragem Piraquara II (2003-2006), entre vários outros.

A pesquisa de maior porte entre 1995 e 2001 foi o Programa de Salvamento Arqueológico da UHE Salto Caxias, realizada entre 1995 e 2001, através de convênio com a Companhia de Energia do Paraná (Copel), a Fundação da Universidade Federal do Paraná e a SEEC-PR, em região banhada pelo baixo rio Iguaçu (Parellada 1995-96, 1999, 2005, 2006).

Nos estudos têm-se utilizado, principalmente, o enfoque da arqueologia pós-processual, com a seleção, de acordo com as especificidades de cada pesquisa, de diferentes metodologias da arqueologia contemporânea (Preucell & Hodder, 1996). Afinal, as leituras informam e contribuem para o presente através de uma avaliação crítica do passado. Ainda, no estudo das paisagens arqueológicas tem sido centrada a distribuição espacial do registro, que segundo Lanata (1997) possui três pontos importantes: a heterogeneidade espaço-temporal, os processos regionais de formação do registro, tanto naturais como culturais, e a ação humana como resposta à variabilidade ambiental.

GERENCIAMENTO DAS COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS DO MUSEU PARANAENSE

Desde 1990 houve a preocupação em selecionar estratégias de gerenciar as coleções arqueológicas do Museu Paranaense, além de planejar a organização das diferentes tipologias do acervo arqueológico nas reservas técnicas.

A informatização de aproximadamente 2.700 coleções arqueológicas, que em setembro de 2006 incluíam 305.000 peças, foi realizada a partir do sistema de banco de dados Access. O início da informatização foi iniciado em 1995, através da chegada de equipamentos e software compatíveis com a implantação de um novo sistema de gerenciamento das coleções arqueológicas, e o trabalho vem sendo detalhado ao longo do tempo.

Esse banco de dados constitui um conjunto de tabelas relacionadas, sendo que na principal existem os seguintes campos: número da coleção, sítio arqueológico, município, estado, projeto,

descrição sintética dos materiais, classificação, locais de coleta, nível, data da coleta, data da doação, coletores e/ou doadores, referências bibliográficas, indexação das caixas, localização na reserva técnica, e observações. A partir desta tabela principal são emitidos formulários e relatórios, impressos em razão de diferentes projetos em andamento no Museu Paranaense, ou mesmo, para esclarecer questões relativas ao acervo (Parellada, 2005).

O novo posicionamento dos materiais dentro das reservas técnicas climatizadas foi estudado, tentando-se adequar aos novos espaços as diferentes características físico-químicas de cada tipologia do acervo arqueológico do Museu Paranaense, segundo Loredó (1994). A maior parte dos vestígios arqueológicos é material cerâmico e lítico, compreendendo quase 80% do total do acervo, sendo que ainda existem materiais ósseos humanos, de animais e malacológicos, além de amostras paleontológicas, sedimentológicas e geológicas, bem como moldes em gesso e silicone de antropóides e homínídeos.

Os materiais abrangem um período de tempo que vai desde cerca de dez mil anos atrás, relacionados a grupos caçadores-coletores, até materiais recuperados em ruínas de construções do século XIX, em áreas onde foram desenvolvidas pesquisas arqueológicas. Estão separados por matéria-prima, higienizados, numerados individualmente, organizados em caixas de plástico com estrutura alveolar, de cor transparente e/ou cinza, etiquetadas segundo a ordem de numeração das coleções, e protegidas com papel de pH neutro. As embalagens tem dimensões padronizadas de 35x24,4x13cm, sendo que em situações ocasionais foi necessário ampliar a altura das caixas para a inserção de materiais com tamanhos que ultrapassavam os limites da embalagem padrão.

As caixas estão organizadas em estantes de aço, com mezanino, algumas esmaltadas e outras com pintura em epoxi-pó, a mais recomendada para o uso neste caso, sendo todas as áreas da reserva técnica sinalizadas e indexadas na tabela principal de listagem de coleções (Bell, 1993).

Desde junho de 2003, com a construção da nova sede do Museu Paranaense, bem como a instalação de equipamentos de ar-condicionado e desumidificadores, o acervo arqueológico está armazenado em reservas técnicas climatizadas. A temperatura de 21° C e a umidade de 60%, constantes, através do sistema de refrigeração, e o controle de infestações, vem ajudando na conservação dos materiais orgânicos e inorgânicos resgatados em campo.

PERSPECTIVAS

Os trabalhos de educação patrimonial em parceria com diferentes instituições, como o Programa de Voluntariado do Paraná (Provopar – Ação Social) e as Secretarias de Estado da Cultura, da Educação e de Assuntos Estratégicos do Paraná, permitiram a publicação de livro didático para as escolas públicas estaduais (Parellada et al., 2006) e a adoção de estratégias que buscam a melhoria de qualidade de vida de populações indígenas no Paraná; essas são linhas de pesquisas que devem receber maior investimento de tempo e recursos no Museu Paranaense.

O desenvolvimento de novos projetos em arqueologia de resgate, visando um aumento significativo na quantidade de datações, e sob uma ótica multidisciplinar, com a participação de profissionais de áreas correlatas à arqueologia, como paleontólogos, biólogos, botânicos, geólogos, geomorfólogos, entre tantos outros, que possibilitem uma melhor visualização do mosaico ambiental que os sítios estavam e estão inseridos. Assim, poderão ser planejadas estratégias mais consistentes e funcionais de gerenciamento e conservação dos sítios arqueológicos estudados em áreas impactadas e/ou sob análise do Museu Paranaense.

Ainda, um investimento maior, de pesquisas, em áreas menos susceptíveis ao intemperismo químico e físico, e menos impactadas por ações antrópicas, como várzeas de rios, onde sedimentos quaternários, como, por exemplo, de turfa saturados em água podem ter possibilitado a conservação de materiais orgânicos, ou mesmo o interior de cavernas, abismos e abrigos, os sambaquis, os conglomerados quaternários com fósseis, entre muitos outros exemplos de situações estratigráficas que certamente trarão novos dados na compreensão dos sítios pré-coloniais paranaenses com datação mais recuada.

A ampliação da revisão de materiais e documentos existentes no acervo do Museu Paranaense também contribuirá para uma melhor compreensão da ocupação humana em território paranaense. A formação e/ou contratação de maior número de pesquisadores também são fundamentais para um futuro promissor das pesquisas arqueológicas do Museu Paranaense.

REFERÊNCIAS

BELL, J. Gerenciamento e proteção de coleções arqueológicas. In: Anais do II Workshop de Métodos Arqueológicos e Gerenciamento de Bens Culturais. IBPC, Florianópolis - SC, p. 231-240, 1993.

CHMYZ, I. José Loureiro Fernandes e a Universidade Federal do Paraná. In: GARCIA, A. 2000. Dr Loureiro Fernandes: médico e cientista, antropologia e etnologia. Curitiba: Editora Vozes Ltda. 2000.

GOTTARDI NETO, A. Análise cerâmica do projeto Cavernas de Morro Azul. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 5: 63-75. 1995.

LANATA, J. L. Los componentes del paisaje arqueológico. Revista de Arqueologia Americana, Instituto Panam. de Geografía e Historia. n.13, p.151-165. 1997.

LIMA, M.A.; JUSTO, G. M. A memória no canyon Guartelá: uma discussão sobre aspectos pré-históricos e históricos do vale do rio Iapó. Monografia graduação História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa - PR. 2002.

LOREDO, W.M. Manual de conservação em arqueologia de campo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural. 1994.

PARELLADA, C.I. Províncias Espeleológicas Paranaenses. In: Anais do I Congr. Espeleologia América Latina e Caribe, SBE/CNPq, Belo Horizonte, 169-178. 1988.

_____ Identificação de sambaquis através de critérios fotointerpretativos na Baía de Guaraqueçaba-PR. Boletim Geografia Univ. Estadual de Maringá, ano 7, n. 1, set. 1989.

_____ Levantamento geoarqueológico de Vila Rica do Espírito Santo. In: Anais do 36º Congresso Brasileiro de Geologia, Natal, SBG, v. 2, p. 1095-1106. 1999a.

_____ Análise estratigráfica do Sítio Estádio de Sengés - PR. In: Anais do 36º Congresso Brasileiro de Geologia, Natal, SBG, v. 2, p. 1108-1116. 1990b.

_____ Análise da estratigrafia e das estruturas arqueológicas do Sítio Estádio de Sengés - PR. Arquivos do Museu Paranaense/nova série Arqueologia n. 7, p. 55-68. 1993a.

_____ Villa Rica del Espiritu Santo: ruínas de uma cidade colonial espanhola no interior do Paraná. Arquivos do Museu Paranaense/nova série Arqueologia, Curitiba, n. 8. 1993b.

_____ Análise ambiental e estratigráfica do sambaqui da foz do rio Poruquara/Guaraqueçaba - PR. In: Boletim de Resumos Expandidos do 38º Congresso Brasileiro de Geologia, Camboriú - São Paulo, SBG/DNPM/CPRM, vol. 1, p. 386-387. 1994.

_____ Análise da malha urbana de Villa Rica del Espiritu Santo (1589-1632)/Fênix - PR. Revista do Museu Arqueologia e Etnologia, USP, n. 5, p. 51-61. 1995.

_____ Métodos de prospecção no programa de salvamento arqueológico da usina hidrelétrica de Salto Caxias/PR. Coleção Arqueologia, Porto Alegre, EDIPUCRS, n. 1, v. 2, p. 541-560. 1995-6.

_____ Um tesouro herdado: os vestígios arqueológicos na cidade colonial de Villa Rica del Espiritu Santo/Fênix - PR. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFPR: Curitiba, 210p. 1997a.

_____ Um tesouro herdado: os vestígios arqueológicos na cidade colonial de Villa Rica del Espiritu Santo/Fênix - PR; resumo de dissertação. Revista de Arqueologia, Sociedade de Arqueologia Brasileira, n.10, p. 167-168. 1997b.

_____ Um tesouro herdado: os vestígios arqueológicos na cidade colonial de Villa Rica del Espiritu Santo/Fênix - PR; resumo de dissertação. Revista de Arqueologia, Sociedade de Arqueologia Brasileira, n.11, p. 135-136. 1998.

_____ Programa de salvamento arqueológico da usina hidrelétrica de Salto Caxias/PR. CD-ROM do XV Seminário Nacional Produção e Transmissão de Energia Elétrica, ITAIPU Binacional, de 17 a 22/10/1999, em Foz do Iguaçu-PR. 1999.

_____ Um tesouro herdado: os vestígios arqueológicos na cidade colonial de Villa Rica del Espiritu Santo/Fênix - PR. CD-ROM dos Anais

do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1997, Rio de Janeiro - RJ. 2000.

_____ A construção da identidade étnica na Província del Guairá/ séculos XVI e XVII. CD-Rom dos Anais do 51º Congresso Internacional de Americanistas, Santiago, Chile. 2003a.

_____ A cerâmica na cidade colonial espanhola de Villa Rica del Espiritu Santo (1589-1632)/ Província del Guairá. CD-ROM dos Anais do 51º Congresso Internacional de Americanistas, Santiago, Chile. 2003b.

_____ Pinturas rupestres no centro-leste e nordeste paranaense. Artigo editado no CD-ROM dos Anais do XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, São Paulo, SAB. 2003c.

_____ Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná. Tese de Doutorado em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 271p. 2005. www.teses.usp.br

_____ Revisão dos sítios arqueológicos com mais de seis mil anos BP no Paraná: discussões geoarqueológicas. In: Anais do II Simpósio Internacional de Povoamento da América, Fundação Museu do Homem Americano, São Raimundo Nonato, 14p. 2006. www.fumdam.org.br

PARELLADA, C.I.; BARBOSA, A.; PEREIRA, E.M. Análise ambiental e estratigráfica do sítio arqueológico Ouro Verde I/Boa Esperança do Iguaçu - PR. In: Anais do 39º Congresso Brasileiro de Geologia, Salvador, SBG, v. 4, p. 510-513. 1996.

PARELLADA, C.I.; COLLA, T.G.G.; SANTA CRUZ, D.A. Sambaqui do Tromomo: uma visão ambiental. In: Boletim de Resumos Expandidos do 37º Congresso Brasileiro de Geologia. São Paulo, SBG, núcleo São Paulo, 1992, v. 1, p. 86-87. 1992.

PARELLADA, C.I.; CREMONEZE, C.; BATTISTELLI, E.; SARAIVA, M.P. Vida indígena no Paraná: memória, presença, horizontes. Curitiba: Provopar Ação Social, 64p., 2006. www.artenossa.pr.gov.br

PARELLADA, C.I.; GOTTARDI NETO, A. Inventário de sambaquis no litoral do Paraná. Arquivos do Museu Paranaense, nova série Arqueologia,

Curitiba, n. 7, p. 1-42. 1993.

_____ Inventário de sambaquis do litoral do Paraná. *Revista Paranaense de Geociências*, n. 42, p. 121-152. 1994.

_____ Sambaqui do Costão: uma tentativa de reconstituição paleo-ambiental. In: *Anais do IX Congresso Bras. Paleontologia*, SBP: Curitiba, v. 1, p. 747-768. 1989a.

_____ Sambaqui do Costão: uma visão ambiental. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, RS, v. 17, n. 20, 205-218. 1989b.

_____ Sambaqui do Sapo: um estudo biogeoarqueológico. In: *Anais do 36º Congresso Brasileiro de Geologia*, Natal, SBG, v. 2, p. 1117-1127. 1990.

PREUCCELL, R.W.; HODDER, I. (Ed.). *Contemporary archaeology in theory: a reader*. Oxford. 1996.

SILVA, A.G.C.L. *Pinturas rupestres do sítio arqueológico Abrigo Usina São Jorge, Ponta Grossa, PR*. Monografia grad. Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa - PR. 1999.

SILVA, A.G.C.L.; MELO, M.S.; PARELLADA, C.I. *Pinturas rupestres em abrigo sob rocha no sumidouro do rio Quebra-Perna, Ponta Grossa, Paraná*. Publicatio, Ciências Exatas Terra, UEPG, Ponta Grossa, n. 12 (1), p. 23-31. 2005.